

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

RODRIGO NEDIR DREBES SOARES

DA VELHA À 'NOVA POLÍTICA'
A onda Populista no Brasil

Porto Alegre

2019

RODRIGO NEDIR DREBES SOARES

DA VELHA À 'NOVA POLÍTICA'
A ONDA POPULISTA NO BRASIL

Monografia apresentada ao Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Hélio Ricardo Alves

Porto Alegre

2019

RODRIGO NEDIR DREBES SOARES

DA VELHA À 'NOVA POLÍTICA'

A onda Populista no Brasil

Monografia apresentada ao Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais. Orientador: Prof. Dr. Hélio Ricardo Alves

Porto Alegre, 18/07/2019

*“A luz irrompe em lugares estranhos,
Nos espinhos do pensamento,
Onde o seu aroma paira sob a chuva.
Quando a lógica morre,
O segredo da terra cresce em cada olhar
E o sangue precipita-se no Sol
Sobre os campos mais desolados,
Detém-se o Amanhecer.”*

(Dylan Thomas)

RESUMO

A presente monografia almeja estabelecer um panorama conceitual do Populismo, tendo por base as pesquisas teóricas e empíricas recentes sobre o tema, impulsionadas, sobretudo, pela crescente relevância deste nos últimos anos, quando a teoria passou a ser rediscutida e reelaborada para dar conta da explicação de fenômenos políticos atípicos emergentes em contextos variados. Como fio condutor, utilizaremos o aparato teórico para elaborar uma análise do caso político brasileiro atual e do fenômeno bolsonarista. Em nossa pesquisa, três estudos sobre o fenômeno se sobressaem como fundamentais, seja pela consistência interna na apreensão dos mecanismos constitutivos do populismo ou por sua coerência externa diante das experiências atuais: a análise lógico-discursiva de Laclau (2005), a investigação da natureza moralista do fazer político proposta por Muller (2016) e Mouffe (2005) e a abordagem ideacional de Mudde & Kaltwasser (2013; 2018). Trata-se, em suma, de uma arguição sobre a natureza política e ideológica dos mecanismos e dispositivos constitutivos da ‘nova política’ bolsonarista, bem como de uma análise descritiva de suas operações políticas e da formação de sua fronteira antagônica específica – isto é, a consolidação do ‘Nós’ em contraposição ao ‘Eles’ –, enquanto operação sumária do populismo. Mapearemos estas características através de um estudo do conteúdo discursivo qualitativo dos agentes envolvidos no processo de mudança paradigmática da política brasileira – concentrando-se, portanto, na sociedade civil, com o delineamento da chamada ‘nova direita’, enquanto locus de formação desses novos dispositivos políticos, e nas lideranças e elites políticas que protagonizaram este fenômeno.

Palavras-chave: Populismo; Bolsonarismo; Nova Direita; Nova Política.

ABSTRACT

This present work aims to establish a brief conceptual panorama of Populism, based on the recent theoretical and empirical research on the subject, driven mainly by the increasing relevance of this theme in the last few years, when the theory began to be rediscussed and reworked to explain the emerging of atypical political phenomena in a variety of contexts. As a guiding thread, we will use the theoretical apparatus to elaborate an analysis of the current Brazilian political case and the bolsonarist phenomenon. In our research, three studies on the phenomenon stand out as fundamental, either by their internal consistency in the apprehension of the constitutive mechanisms of populism or by its external coherence in the face of current experiences: the logical-discursive analysis of Laclau (2005), the investigation of the moralist nature of the populist political imagination, proposed by Muller (2016) and Mouffe (2005) and the ideational approach of Mudde & Kaltwasser (2013; 2018). It is, in short, an inquiry about the political and ideological nature of the mechanisms and devices constituting the “New Bolsonarist Policy”, as well as a descriptive analysis of its political operations and the formation of its specific antagonistic frontier - that is, the consolidation of 'We' as opposed to 'Them' -, as a summary operation of populism. We will map these characteristics through a qualitative study of the discursive content of the agents involved in the process of paradigmatic change in Brazilian politics – concentrating, therefore, on the civil society, with the design of the so-called 'new right', as the locus of formation of these new political devices, and in the political leaders and political elites who have been the protagonists of this phenomenon.

Keywords: Populism; Bolsonarismo; New Right.

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Quadro 1 - As abordagens comuns sobre o populismo	17
Figura 1 - Processo de formação e transformação das demandas democráticas em identidades simbólicas	26
Quadro 2 - Teorias Latino-americanas e contemporâneas sobre o populismo	32
Figura 2 - Campos semânticos de manifestantes à direita do espectro político.....	50
Figura 3 - Composição e elementos da fronteira antagônica bolsonarista.....	60

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	O POPULISMO HOJE: DA DOENÇA À CURA	15
2.1	Populismo: inclusivo ou excludente?	19
2.1.1	Contribuições da abordagem Ideacional	19
2.1.2	Abordagem Ideacional ou Lógico-discursiva? Uma síntese possível	21
2.2	O populismo e identidades coletivas – a reconstrução do populismo dentro da teoria lógico-discursiva.....	22
2.2.1	Laclau e a resolução metapopulista	24
2.2.2	De democráticas à populares – as demandas e suas trajetórias	25
2.2.3	A operação hegemônica e a relação entre as demandas e líderes singulares	27
2.2.4	Sinopse Laclauiana	29
2.3	Líderes ou Instituições? O dilema do Populismo Histórico latino-americano	30
2.3.1	Para onde aponta o populismo?	33
2.4	Conclusão	34
3	DO GIRO À ESQUERDA À ‘NOVA DIREITA’ – TRANSFORMAÇÕES PARADIGMÁTICAS E ESTABILIZAÇÃO PRAGMÁTICA	37
3.1	Formação ideológica e partidária da ‘nova direita’	40
3.1.1	A ‘nova direita’ ideológica	41
3.1.2	A ‘nova direita’ partidária	42
3.1.3	O que é, enfim, a ‘nova direita’?	44
4	A ‘DIREITA SEM VERGONHA’ E O CIDADÃO-DE-BEM	47
4.1	Configuração ideológica e a natureza moralista da ‘nova direita’	48
4.2	O cidadão-de-bem e suas características	53
5	O DISCURSO BOLSONARISTA	56
5.1	A fronteira antagônica e seu conteúdo político.....	59
5.2	O que é, enfim, a ‘nova política’?	64
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	71

1 INTRODUÇÃO

Se, nos primórdios do século XXI, a América Latina presenciou diversas renovações político-ideológicas que culminaram no fenômeno da “*maré rosada*”(pink wave) e no giro à esquerda (Castañeda, 2006; Kaltwasser, 2014), baseadas no protagonismo político de governos de esquerda e centro-esquerda, atualmente, tanto nas grandes mídias quanto em discussões teóricas na academia, tem se manifestado um maior consenso e se intensificado os debates sobre uma guinada à direita, não só na América Latina e no Brasil (Cf. Kaltwasser, 2014; Roeder, 2016; Cepêda, 2018), bem como em várias regiões do globo¹ (Cf. Lowy, 2015; Chaloub & Perlatto, 2016; Codato; Berlato & Bolognesi, 2018). O crescimento dessas direitas moderadas e extremistas vêm acompanhada de uma ênfase na possível emergência contemporânea do que autores rotulam de populismo (Cf. Michael, 2016; Muller, 2016; Mudde & Kaltwasser, 2018), enquanto categoria que dá forma e conteúdo às práticas desses agentes no poder.

A direita aqui se caracteriza, utilizando-nos da definição de Bobbio (1994), a partir de um conjunto de eixos normativos ligados a diversas características, modelos e especificidades, ou de maneiras de se enxergar a política e o social, marcadas principalmente pelo “[...] *reconhecimento da desigualdade como ordem natural e limite de toda ação política.*” (p. 44). Kaltwasser (2014) também concorda com Bobbio quanto à caracterização da dicotomia entre esquerda e direita, que define “(...) *a la derecha como una postura política que se distingue por pensar que las desigualdades centrales entre las personas son naturales y, por tanto, están fuera del alcance del Estado.*” (2014, p. 4).

Para Michael Lowy (2015), desde 1930 não havia uma tendência global tão forte à ascensão da extrema-direita como hoje se vê. Na análise do autor, dois elementos devem ser destacados como essenciais para o entendimento da avalanche de direita que assola as nações: (a) o processo de globalização neoliberal, que reforça “pânicos de identidade” – e que, portanto, faz com que haja

¹ “(...) *em países como Chile, Colombia, Paraguay o México, además de los de América Central, hay partidos políticos de derecha y centroderecha que no solo han alcanzado importantes niveles de representación parlamentaria, sino que también han logrado conquistar el Poder Ejecutivo en la última década.*” (Kaltwasser, 2014. p. 2) e “*As últimas décadas registraram em diversos países do mundo o surgimento de distintas vertentes do pensamento direitista (...)*”. (Chaloub & Perlatto, 2016. P. 6-7)

uma tentativa de “retorno” a um passado ou raiz considerada gloriosa e um apego ao nacionalismo; e, por último, (b) a crise e estagnação econômica que perdura no pós-2008 (apesar de haver casos díspares, como Portugal e Grécia, países em crise, com direitas minoritárias).

No entanto, ao contrário do que buscaremos trabalhar aqui, o autor nega que o conceito de populismo – entendido por ele, importante ressaltar, enquanto meros “movimentos ao redor de figuras carismáticas” (Lowy, 2015, p. 659) – seja eficiente para explicar ou mesmo descrever alguns dos processos de ascensão política vigentes. O que nos interessa, aqui, é sua visão acerca das compatibilidades entre a extrema-direita europeia e brasileira, análise que o autor parece acertar quando afirma que o equivalente reside na [...] *Ideologia repressiva, culto da violência policial, o chamado a restabelecer a pena de morte [...] e na [...] intolerância com as minorias sexuais, em particular dos homossexuais*” (Ibid, p. 662-3)

E, o que para o autor não encontra paralelos direto com o fenômeno Norte-americano e Europeu: o apelo conservador aos militares e governos ditatoriais do passado recente. Essas novas formações ideológicas e discursivas existentes no país, por vezes reacionárias/conservadoras, violentas e irracionais, podem caracterizar-se como um populismo de direita?

As principais razões para a emergência do populismo e para suas revisões teóricas ganham contornos com John Judis (2016) e Jan-Werner Muller (2016), que enfatizam a dominância hegemônica e a institucionalização da democracia representativa liberal enquanto única forma de mediação política legítima, sendo a falência desse modelo – da democracia representativa (Cf. Rancière, 2014; Castells, 2018) e de suas “promessas” (Bobbio, 1986) – e a falta de uma alternativa política e econômica viável que seria o cerne do problema; independentemente, portanto, do viés ideológico presente nas mais diversas experiências populistas, o fato é que elas seriam respostas ou soluções políticas – positivas ou negativas² – para os entraves e contradições internas das democracias representativas liberais, regimes políticos que não conseguiram preencher efetivamente a lacuna representativa entre o povo e a política.

² Conforme veremos no desenvolvimento do primeiro capítulo, as experiências populistas, segundo alguns autores – como Cas Mudde & Rovira Cristóbal Kaltwasser –, podem ser divididas em termos de inclusão ou exclusão (material, política ou simbólica) de elementos específicos da realidade social.

Até algumas décadas atrás o populismo era visto essencialmente enquanto uma característica política ou modo de governo exclusivo de países latino-americanos (Ianni, 1991), e é só atualmente que se constata que o fenômeno, antes circunscrito essencialmente às democracias emergentes ou subdesenvolvidas, ocorre também em democracias “consolidadas” e maduras, em diferentes contextos sociopolíticos – como o europeu e norte-americano³. Assim, novas análises sobre o fenômeno vêm surgindo para dar conta de explicar o populismo para além de suas manifestações empíricas e regionalizadas (Mudde & Kaltwasser, 2018, p. 1667-8), tentando identificar o núcleo duro que compõe o populismo e de que forma este mobiliza identidades políticas e dá fundamento a experiências políticas legítimas e férteis (Laclau, 2005).

Especificamente no Brasil, depois de anos envolvendo ciclos de governos alinhados à esquerda, como explicar e o que pensar diante de um projeto eminentemente de direita e conservador (Almeida, 2017) que se apresenta como vontade popular e é assim legitimado pela população através das urnas? O fator que salta aos olhos nas diversas explicações de emergência dos fenômenos populistas de direita recai principalmente sobre o inconformismo com as práticas políticas dos governos de esquerda, predominantemente acerca de questões que se aglomeram nos campos econômico e moral (Cf. Cepêda, 2018; Mudde & Kaltwasser, 2018; Samuels & Zucco, 2018). As duas maiores potências econômicas latino-americanas – a Argentina, com o kirchnerismo, e o Brasil, com o petismo – enfrentaram sérios problemas nesse sentido nos últimos anos dos governos à esquerda do espectro político.

O entendimento do ressurgimento e consolidação de novas lideranças e grupos à direita politicamente articulados (Roeder, 2016), da eleição do congresso mais conservador desde 1964 (Cf. DIAP, 2014; Almeida, 2017; Madeira & Quadros, 2018), das resistências contra projetos progressistas de criminalização da homofobia

³ Exemplos não faltam: a ascensão de Donald Trump à presidência (Moffit, 2016; Muller, 2016; Michaels, 2016), o referendo do Brexit (Mudde & Kaltwasser, 2018), o crescimento eleitoral contínuo da Frente Nacional (FN) francesa (Muller, 2016), do Partido Liberdade Austríaco (PLA), do Partido Social Liberal (PSL) no Brasil (Codato, Berlatto e Bolognesi, 2018), etc.; com a emergência desses fenômenos de reestruturação ideológica, surgiram novas discussões e a consolidação de novas correntes de estudos sobre o Populismo, as quais se moveram “[...] *beyond older debates about the agrarian vs urban roots of populism, or whether or not populism is even a useful term [...]*” (Abromeit, 2017. p. 177).

e das discussões de gênero no currículo escolar (Faganello, 2015), surge como desafio somado à compreensão do que autores concebem como o fortalecimento de uma “nova direita” emergente no país (Cf. Bolognesi, Codato & Roeder, 2015; Babireski, 2016; Roeder, 2016; Cepêda, 2018).

No que tange ao caso brasileiro, é difícil elencar uma razão específica para a ascensão da direita no governo. Na verdade, em nenhum caso pode-se afirmar categoricamente que há uma razão isolada para a o fenômeno⁴. O estado-da-arte da política brasileira está imerso numa teia de problemas estruturais relevantes para o entendimento das crises por que passamos. As principais dimensões dessa crise identificam-se como (1) econômicas (recessão recente, desemprego e informalidade crescentes), (2) socioculturais (crescimento de discussões morais na sociedade), (3) geopolíticas (formação de novas articulações ideológicas no globo) e, por fim, (4) político-institucionais (a revelação de casos de corrupção no Estado, a percepção negativa dos conchavos políticos, a crise representativa dos partidos). Fenômenos que, em parte, se enquadram nas precondições de emergência do populismo descritas por Laclau (2005) e Kaltwasser (2014; 2016). Esses autores – em convergência com outras abordagens contemporâneas – argumentam, por exemplo, que o populismo surge enquanto resultado de ações políticas vistas como “irresponsáveis” (Mudde & Kaltwasser, 2018, p. 1681-2) e como uma falha da democracia representativa em absorver demandas muito diversas entre si⁵.

Nossa hipótese argumentativa sugere que o fenômeno de constituição da ‘nova direita’, com o ressurgimento de ideais expressivamente conservadores (por vezes confluído, também, à “onda conservadora”) e alinhados à direita do espectro político, se consolida a partir de um contexto institucional favorável, cujos elementos principais se articulam graças à ascensão mundial do populismo enquanto lógica política de mobilização político-identitária, fortalecido a partir da própria crise da representatividade democrática (Kaltwasser, 2016; Castells, 2018) e das crises que

⁴ A explicação economicista, por exemplo, ligada à noção de crise econômica, não dá conta do fenômeno como um todo, visto que países que sofreram intensamente com a crise mais recente (Portugal, Espanha e Grécia), não têm partidos de extrema-direita relevantes, enquanto países relativamente estáveis em termos econômicos (Suíça, Alemanha e Áustria) contam com essas siglas.

⁵ “(...) *major failures of democratic representation should be seen as fertile soil for the rise of electorally strong populist forces. The very weakness of Latin America states facilitates the activation of populist sentiments across the population and the existence of relatively free and fair elections permits the emergence of populist entrepreneurs.*” (Kaltwasser, 2016. p. 75)

culminaram nos governos passados, cujas origens são vistas como fruto de irresponsabilidades (Mudde & Kaltwasser, 2018, p. 1679-82) na direção das políticas econômicas.

Os fatores para o avanço dessas pautas – e para o sucesso delas – no Brasil também residem no que Madeira e Quadros (2018) chamaram de "vácuo representativo" deixado pelas direitas nos últimos anos, causado por uma tendência de mudança paradigmática à esquerda na América Latina com a maré rosada, somado ao que alguns autores chamaram de fenômeno da "direita envergonhada" (Power, 2000; Madeira & Quadros, 2018), ciclo que foi progressivamente rompido com o ressurgimento de pautas e demandas políticas, sociais e culturais à direita no mundo (Maitino, 2018).

Nesse sentido, movimentações civis recentes e formadores de opinião de direita estariam oferecendo novas vozes aos agentes sociais a fim de conquistar a opinião pública e fazer triunfar pressupostos conservadores também na esfera pública política (Chaloub & Perlatto, 2016; Messenberg, 2017), preenchendo o "vácuo representativo" existente das direitas (Madeira & Quadros, 2018). Sob todos esses fenômenos, assenta-se uma lógica populista de ação e mobilização política e identitária, através da articulação heterogênea de valores e agentes políticos, substanciados num 'Povo' – o "Cidadão-de-bem" – e numa explícita moralização de pautas políticas (Cf. Mouffe, 2005; Muller, 2016) consolidada nos últimos anos, dando forma e conteúdo ao fenômeno bolsonarista.

De forma conclusiva, o presente trabalho tem por finalidade a análise da ascensão de movimentos de direita no Brasil contemporâneo e das determinações da chamada 'nova política', enquanto configurações específicas de um novo fazer político e mesmo de uma imaginação política (Muller, 2016), através da manipulação do conceito de populismo como lógica articuladora de demandas heterogêneas de direita, partindo inicialmente de um debate transversal e da revisão analítica do conceito, em diálogo com tradições nacionais e internacionais e, posteriormente, analisando o fenômeno por meio do conceito.

Inicialmente, dado que nosso trabalho possui uma natureza eminentemente teórica, a pesquisa teve por base investigações guiadas pela revisão bibliográfica das categorias e conceitos utilizados (GIL, 2008, p. 50-51), que consistiu em mapear o estado-da-arte geral da teoria e suas implicações teóricas; posteriormente, quando

chegamos à análise específica de descrição do fenômeno bolsonarista, a fim de identificar aspectos próprios de natureza eleitoral e composicional – como o perfil socioeconômico dos votantes – do fenômeno, utilizamos dados e registros de natureza estatística (GIL, 2008, p. 147), principalmente fornecidos pelo Data Folha e CNI.

Através de análise de trabalhos de terceiros de natureza empírica, principalmente envolvendo o estudo de falas e discursos (Messenberg, 2017; Maitino, 2018; Nascimento et. Al., 2018), valendo-se, também, de pesquisas eleitorais publicadas por institutos de pesquisa (Datafolha, DIAP e CNI) e cientistas políticos e sociais, pesquisamos os traços definitivos da “guinada à direita” na política brasileira, através da análise dos valores morais e das demandas políticas defendidas por porta-vozes desses movimentos, traçando sua possível homologia com os representantes políticos.

O levantamento de dados bibliográficos foi realizado através de mecanismos de pesquisa acadêmica (como o website <www.academia.edu> e o <www.scholar.google.com>) e bases de periódicos online como Scielo e o Portal Capes, por meio da busca de termos específicos como Populismo, Bolsonarismo, Onda Conservadora e Nova Direita. Os conceitos foram pesquisados, também, em línguas inglesa e espanhola, tendo em vista que muitas das discussões recentes sobre o tema carecem de tradução para o português.

Portanto, foi utilizado o método de pesquisa bibliográfica para identificar o estado da arte sobre a discussão do populismo, buscando traçar suas diferenças e similaridades na tradição do conceito. Uma vez identificadas as tipologias que constituem a categoria de populismo, procedemos em uma operacionalização do conceito para a análise do fenômeno bolsonarista. Através da análise do programa de governo, de discursos proferidos em entrevistas para órgãos públicos, imprensa e redes sociais – o contato direto de Bolsonaro com seus eleitores – e das práticas efetivas do governo até o momento, bem como nos valendo de pesquisas de terceiros sobre a evolução discursiva de Bolsonaro (Shalders, 2017; Kalil, 2018; Maitino, 2018; Nascimento et. Al., 2018), analisamos a forma com que as questões sociais, econômicas e políticas são compreendidas pelos agentes envolvidos no fenômeno e de que forma são constituídos os campos antagônicos do mesmo (Laclau, 2005).

Entendemos que o fenômeno da eleição de líderes de direita e extrema-direita à presidência de diversos países, tanto Europeus quanto Norte e Latino-Americanos, desenrola-se num contexto abstruso em que muitos fenômenos ainda não possuem uma caracterização cientificamente devida, e muitas vezes nos falta um aparato conceitual para os expor sob uma exegese através da qual possamos nos guiar interpretativamente. Por isso, o desafio de analisar os fenômenos atuais com os aparatos conceituais que temos surge como instigante e de suma importância, porém com nítidos limites heurísticos pelo desenrolar do fenômeno em sua autenticidade.

2 O POPULISMO HOJE: DA DOENÇA À CURA

O que unifica tantas manifestações políticas e ideológicas distintas (como Le Pen na Alemanha, Trump e Sanders nos EUA, Syriza na Grécia, Frente Nacional Francesa, Podemos na Espanha, etc.) sob um mesmo conceito guarda-chuva como Populismo? Jan-Werner Muller (2016) não está sozinho quando alega que as ciências sociais falharam em desenvolver um conceito coerente ou um corpus analítico pontual para classificar governos, partidos e líderes como populistas, dando preferência sempre a abordagens empíricas e regionalizadas. Essa inconformidade aparece em uma miríade de autores ligados ao estudo contemporâneo do populismo – como Ernesto Laclau (2005), Cas Mudde & Cristóbal Rovira Kaltwasser (2013; 2018) e Benjamin Moffit (2016). A atual diversidade de abordagens e métodos para descrever fenômenos populistas são, em parte, resultado dessa crescente ênfase em identificar o fenômeno a partir de características universais, sem deixar de lado a necessidade de se poder estabelecer relações em termos comparativos entre os fenômenos e experiências empíricas (Mudde & Kaltwasser, 2018, p. 1669-70).

Muller (2016a), ao estudar as múltiplas formas de classificação e descrição das características do populismo, identifica um dos elementos que surge enquanto condição e mecanismo constitutivo principal dentro das diversas teorias: a necessidade do populista ser um crítico, de alguma forma, às elites predominantes. Encontraremos essa característica descritiva e operacional em praticamente todas as abordagens contemporâneas do fenômeno (Cf. Laclau, 2005; Mudde & Kaltwasser, 2013, 2018; Moffit, 2016; Greven, 2016), o que nos levou a postular esta – a criação de um antagonismo político entre ‘Nós’ e ‘Eles’ – enquanto uma das condições essenciais de manifestação do fenômeno.

Entretanto, enquanto elemento necessário, não satisfaz a propriedade de condição suficiente, pois se todo setor político anti-establishment e com discurso contra “as elites” no poder fosse tabelado como populista, o conceito seria descartável, reduzido à mera retórica política (Muller, 2016, p. 17). Por isso, haveria outro elemento que deveria ser considerado na formulação de um conceito preciso de Populismo em Muller (2016a): a ideia de que os populistas seriam anti-pluralistas⁶, no sentido moral e político.

⁶ “(...) *populists claim that they, and they alone, represent the people.*” (Muller, 2016a, p. 7).

Muller (2016a), com isso, argumenta que a distinção representativa do populismo não reside na ordem ideológica, no sentido deste pertencer especificamente a um corpus ideológico de direita ou esquerda, mas sim moral: “*populists portray their political competitors as part of the immoral, corrupt elite [...]*” (Ibid, p.9). Além do mais, o ‘Povo’ é sempre tomado como um fato dado, uma abstração fundamentada em si mesma, que ao determinar quem é o ‘Povo’, exclui o ‘Outro’, a ‘elite corrupta’. Nesse sentido, a conclusão inevitável é que toda forma de Populismo adquire, em essência, uma forma de articulação política identitária negativa; negativa, porque sua natureza é excludente em termos políticos e morais, e a democracia, por definição, requer a possibilidade da pluralidade representativa.

Esta concepção de populismo, tal como formulada, ficou conhecida por ressaltar a característica excludente do mesmo, o que significaria dizer que o populismo é identificado como uma ameaça aos parâmetros institucionais democráticos, muitas vezes encorajando a polarização política e contemplando seus inimigos políticos e sociais com a marca de “inimigos do povo” – o próprio autor deixa claro isso quando diz que o populismo é uma “*sombra da democracia representativa*” (Muller, 2016a, p. 14). Thomas Greven (2016), seguindo o mesmo raciocínio, descreve que as experiências contemporâneas de populismos de direita na Europa possuem certos elementos que justapõem identidades e interesses comuns dos “puros” e “impuros” – elementos, portanto, morais –, do ‘Povo’ e do ‘Outro’, sendo que o último seria sempre favorecido por uma “elite corrupta”. Nessa visão excludente, o populismo é essencialmente o produto de uma falha ou um sintoma negativo – uma doença – dos regimes democráticos, uma vez que estes seriam incapazes de dar um *output* aprazível às demandas da sociedade – cada vez mais diversas e complexas.

Para Muller, também não é suficiente descrever o populismo como um simples fenômeno de lideranças (carismáticas, autoritárias) que entram em contato direto com as ‘massas’. É por isso que ele irá elencar uma série de críticas às concepções que ele concebe como *mainstream* comuns do populismo. Um erro comum derivado dessas teorias seria a de reduzir o fenômeno para uma perspectiva sociopsicológica de análise dos agentes envolvidos, identificando a causa da propagação do fenômeno populista por conta da “frustração”, do “ressentimento” e da “raiva” dos cidadãos (Ibid, p. 13-14); assim como também seria comum reduzi-lo

à perspectiva do apelo a certas classes sociais⁷ identificadas historicamente como “o povo” ou “a massa” excluída; isto é, ora essas teorias operam por um deslize para uma perspectiva de análise ligada à tradição da psicologia das massas, com ênfase na conexão entre a liderança mítica e carismática e a ‘massa irracional’, ora substanciam o populismo enquanto um fenômeno ligado à emergência da sociedade de classes.

Um resumo dessas abordagens pode ser observado no Quadro abaixo:

Quadro 1 - As abordagens comuns sobre o populismo

ABORDAGEM	IDEIAS CENTRAIS
PERSPECTIVA SOCIOPSICOLÓGICA	Ênfase na relação entre “Lider” e “Massas”- “Massas” ou “povo” enquanto entidade irracional (Le Bon); Teoria da psicologia de massas e da “crowd theory”.
PERSPECTIVA CLASSISTA	Populismo como articulação voltada para uma classe específica - nominalmente a classe proletária (substancia do trabalhismo, peronismo, chavismo, etc.).

Fonte: Muller (2016). Elaboração própria.

Por fim, enquanto uma imaginação moralista da política (Muller, 2016, p. 20), as propriedades necessárias do populismo, para Muller (2016), seriam:

- a) a concepção essencialmente moralista da política;
- b) a característica antipluralista (excludente) em sentido político e moral – eles e somente eles representam o Povo “puro”;
- c) a noção representativa de ‘Povo’ simbólico (“o povo como um todo”), enquanto uma entidade holística não-institucionalizada e reduzível à certos padrões morais, contraposta a uma elite corrupta ou o ‘Outro’ que usurpa o Estado e a sociedade.

⁷ A ideia de que o populismo é um epifenômeno social do estado sociopsicológico de agentes deriva, segundo Muller, da teoria da modernização, que identifica o “*populism as a helpless articulation of anxieties and anger by those longing for a simpler, “premodern” life*” (Ibid, p. 18). Ou seja, seria a ideia de que o populismo se trata de uma ferramenta retórica que atinge os socialmente fragilizados e descontentes com o status quo.

Conclui-se que, para Muller (2016), o conceito de populismo não é fundamentado sob um corpus de políticas frágeis (a mera retórica); nem sob a existência de um “líder carismático” que entra em contato com as massas, muito menos por uma patologia sociopsicológica de classes médias e baixas. Populismo, em essência, operaria através de uma lógica antipluralista da representatividade – só existe o ‘Povo’, a substância única sociológica e cultural; ao contrário do que veremos a seguir na teoria ideacional, este não agiria em nome de uma “representação democrática” da vontade geral rousseauiana, mas através de uma representação simbólica do ‘Povo’ não-institucionalizado – portanto, inacessível através do processo democrático “normal”; é excludente, do ponto de vista da participação política, uma vez que o conteúdo político é derivado, também, da concepção moralista pela qual sustenta-se; assim, o populismo operaria essencialmente através da moralização da política (Mouffe, 2005) – e isso será importante na nossa análise do fenômeno bolsonarista e para o entendimento do próprio populismo de direita que se apresenta atualmente.

Porém, apesar de suas conquistas na descrição do conceito, há diversas ressalvas à obra de Muller. Como se propõe a ser uma análise generalizante do conceito, acaba por não conseguir capturar analiticamente todas as formas empíricas do populismo: o fato do populismo se apresentar somente em uma forma identitária excludente⁸, por exemplo, sem explorar as outras variáveis inclusivas do mesmo (Mudde & Kaltwasser, 2013), presentes em outras experiências concretas, acabaria por reduzir o fenômeno do populismo a um único espectro político, a direita.

No entanto, a conclusão de que o populismo é, por definição, moral e politicamente excludente – portanto, uma ameaça à própria democracia –, certamente não possui identidade absoluta na literatura sobre o tema.

⁸ “We need to understand that populism is not just anti-elitism – it is a form of anti-pluralism, based on an exclusionary identity politics. Populists implicitly promise that homogeneity will solve social and political problems and that the world will be set to rights if the representatives of the real people are in power. This is not a helpful ‘corrective’ to a liberal democracy that might somehow have become too remote from ordinary folks, as some sympathetic scholars of populism have argued. The fantasy of the fully homogeneous people is a danger for democracy itself.” (Muller, 2016b. p. 62)

2.1 Populismo: inclusivo ou excludente?

Para além dos debates que se debruçam sobre as características ou propriedades do populismo em si, ainda há uma preocupação nos autores contemporâneos em compreender a relação entre este e o sistema democrático, em analisar as tensões entre um e outro – em termos da natureza inclusiva ou excludente do populismo – ou em analisar como o populismo interfere no processo democrático representativo.

O debate sobre a natureza inclusiva ou excludente do populismo e seu status normativo em relação à democracia requereria, obviamente, mais espaço para ser analisado, uma vez que o populismo é, conforme veremos, essencialmente uma lógica política neutra que pode tanto adquirir características negativas – no sentido de uma formação identitária racista, xenofóbica e clientelista – quanto positivas – na formação de uma coletividade democrática e racional, com políticas distributivas, etc. (Cf. Laclau, 2005; Mudde & Kaltwasser, 2013; 2018). Por isso, iremos somente expor brevemente a visão de Cas Mudde e Cristobal Rovira Kaltwasser (2013; 2018), representantes de outra teoria contemporânea conhecida como *abordagem ideacional*, que enfatiza as diferenças comparativas entre as experiências populistas – buscando explicar as maneiras pelas quais estas operam em termos de inclusão ou exclusão, e quais seriam os conteúdos políticos e sociais desses indicadores.

2.1.1 Contribuições da abordagem Ideacional

Mudde & Kaltwasser (2013; 2018), através de análises empíricas comparativas entre governos e partidos populistas ao longo do tempo, tanto de direita quando de esquerda, postulam que o populismo pode ser medido em termos de indicadores traduzíveis por meio do que concebem como operações inclusivas – portanto, positivas – ou excludentes – negativas – de participação democrática. Haveria, segundo os autores, no mínimo três dimensões para considerar um governo que atua através do populismo como inclusivo ou excludente (Mudde & Kaltwasser, 2013, p. 158-162): (a) a dimensão material – que refere-se, sobretudo, à distribuição de recursos monetários e não-monetários para grupos específicos da sociedade; (b) a dimensão política – em termos de participação política e

possibilidade de contestação política; e, por fim, (c) a dimensão simbólica – na construção dos limites entre “o povo” e, ex negativo, “a elite corrupta”, o “Outro”.

Adentrando na discussão conceitual do fenômeno em si, Cas Mudde (2010) considera a questão de saber se o populismo é uma ideologia, um estilo ou mero discurso político irrelevante, relegando a questão para outros trabalhos. No entanto, caracteriza-o simultaneamente enquanto “ideologia monista e moralista”: monista, porque seu núcleo seria a defesa de uma *“vonlonté generale”* a todo custo, e moralista porque estaria concentrada na divisão entre “o povo” e a “elite corrupta”⁹.

Assim, com esses autores, surge uma outra análise do fenômeno, a qual argumenta que o populismo possui uma morfologia rastreável, porém restrita, que consiste em um número pequeno de conceitos chave que o define. Enquanto os autores aceitam a versão minimalista de populismo (*“minimal definitions theory”*) de Giovanni Sartori, Mudde (2004) elabora uma outra concepção do fenômeno, conhecida conceitualmente como a Teoria Ideacional do Populismo (*“ideational approach”*), sintetizando o populismo como

A thin-centred ideology¹⁰ that considers society to be ultimately separated into two homogeneous and antagonistic groups, “the pure people” vs “the corrupt elite”, and which argues that politics should be an expression of the *volonté generale* of the people . (Mudde, 2010. P. 3)

Concluindo, essa abordagem possui uma ênfase na exploração de atributos comparativos do populismo, buscando compreender como o populismo age em conformidade com ideologias diversas; ela ainda permite, segundo os autores, níveis de análise mais complexos, tanto do fenômeno dos líderes (a “oferta” populista) quanto das massas (a “demanda”) e dos grupos sociais que fazem parte do fenômeno¹¹.

⁹ “Given that “the people” is seen as honest, whereas “the elite” is portrayed as fraudulent, populists are prone to claim that nobody has the right to bypass the popular will. (...) They favor what is most often termed minimal or procedural democracy, defined as popular sovereignty and majority rule. At the same time, they have serious problems with liberal democracy, most notably minority rights, rule of law, and separation of powers (including independence of the judiciary and the media).” (Mudde & Kaltwasser, 2018, p. 1670)

¹⁰ “(...) while populism should be conceived of as a specific set of ideas, it is distinct from classical ideologies such as a fascism and liberalism, because it has a limited programmatic scope. (...) In fact, populism almost always appears attached to other ideological elements, which are crucial for the promotion of political projects that are appealing to a broader public.” (Mudde & Kaltwasser, 2018, p. 1669)

¹¹ “This is a particularly important advantage of the ideational approach, because it permits the empirical analysis of populist discourse, which helps us to better assess which instances should be

2.1.2 Abordagem Ideacional ou Lógico-discursiva? Uma síntese possível

Muller (2016a), enquanto conserva a definição de Mudde e Kaltwasser (2013) quanto a algumas características mínimas necessárias (como a contraposição entre o ‘Povo’ e o ‘Outro’), desloca eixos categoriais importantes: primeiro, nega que se possa chamar o populismo de “ideologia” – enquanto um conjunto sólido de ideias ou enquanto visão deturpada de mundo; segundo, conforme vimos, nega que o populismo represente uma “volonté generale” no sentido rousseauiano, quer dizer, enquanto uma noção representativa democrática do povo, argumentando que ele – o populismo – opera através da substancialização de um ‘Povo’ (com P maiúsculo, ao contrário do povo) excludente, instaurando uma perspectiva em que a vontade, o verdadeiro ‘Povo’, não é institucionalizado, mas sim uma entidade ficcional que existe fora dos precedentes democráticos-representativos (Muller, 2016a, p. 35), cuja característica básica é a pretensão de homogeneidade e a moralidade explícita como forma de organização política.

Por isso, não há equívoco em afirmar que o Populismo contemporâneo de direita pode e deve ser analisado – e nisso ambas tradições estão de acordo (Kaltwasser, 2016, p. 73; Mudde & Kaltwasser, 2018, p. 1682) – enquanto uma lógica política (Muller, 2016. P. 14) específica de agir, que envolve a percepção excludente de uma moral normativa. É, portanto, no caráter eminentemente moral que o Populismo de direita contemporâneo vai encontrar sua roupagem comum. Por isso, à fim de analisar o fenômeno atual, aceitaremos a concepção de Populismo enquanto uma lógica moralista da imaginação política, definido por Muller como “[...] *a way of perceiving the political world that sets a morally pure and fully unified people against elites who are deemed corrupt [...]*” (Ibid, p. 20), definição que encontra ressonância em Mouffe (2005, p. 76), quando esta analisa as formas de moralização política trazida pela direita nos últimos anos, e em Laclau (2005), representante-mor da abordagem lógico-discursiva, quando este fala da formação de um campo antagônico político como precondição essencial de emergência do populismo.

Como vimos, o populismo, dentro da abordagem ideacionária-minimalista, pode ter consequências ou efeitos tanto positivos quanto negativos no sistema

considered instances of populism and which not. By undertaking this type of research, it becomes clear that the supply of populist ideas is related not only to personalist leaders, but also to political parties, social movements, and even media outlets.” (Ibid, p. 1671).

democrático (Mudde & Kaltwasser, 2013; 2018; Kaltwasser, 2016). Essa neutralidade essencial do populismo encontra consonância com alguns autores, entre eles o próprio Laclau (2005), que chega a elencar o populismo enquanto uma forma legítima de representação política e de superação da representatividade democrática liberal. Portanto, longe de serem abordagens mutuamente exclusivas, elas são complementares em muitos aspectos – e, precisamente por isso, serão utilizadas como ferramenta conceitual à nossa análise.

Ao que tudo indica – e isso ficará transparente ao longo da monografia –, o fenômeno atual que estamos analisando, caracterizado aqui enquanto uma expressão do populismo de direita, apresenta-se explicitamente como excludente em alguns aspectos, principalmente pela roupagem moralista com que tece os problemas e resoluções políticas, e na dimensão simbólica e ficcional de construção desse campo antagonico (o ‘Nós’ contra ‘Eles’). Podemos, tendo em mente essas questões e dimensões possíveis de análise, dar prosseguimento à fundamentação e elaboração do conceito conforme entendido por Laclau (2005), de forma que possamos compreender como se dá a formação de identidades sociais dentro do processo representativo político.

2.2 O Populismo e identidades coletivas – a reconstrução do populismo dentro da teoria lógico-discursiva

Laclau (2005) está preocupado com a natureza e lógica da formação de identidades coletivas que são, para ele, os problemas centrais do populismo, visto como um dos conceitos mais problemáticos das ciências sociais e que ainda permanece relativamente em disputa quanto à sua natureza e definição¹². Na obra do autor vemos uma tentativa de reformulação completa do populismo, começando pela rejeição de suas características essencialmente “negativas” e por uma crítica e reconstrução do conceito. As razões para estas definições negativas ou pessimistas do populismo estariam ancoradas tanto em uma limitação ontológica da própria

¹² “Most of the time, conceptual apprehension is replaced by appeals to non-verbalized intuition, or by descriptive enumerations of a variety of “relevant features” [...]”. (p. 3). A construção de tipologias populistas é, sem dúvida, ainda comum, como vimos em Muller, Cas Mudde & Kaltwasser, o que permite uma pluralidade de entendimentos sobre as características do populismo.

teoria política – em compreender o papel que as identidades coletivas desempenham na experiência política e os limites da representatividade democrática liberal – quanto dos dados empíricos e ferramentas analíticas disponíveis (Laclau, 2005, p. 10-15).

O autor critica um conjunto questionável de pressupostos que, em sua tese, elenca como determinantes de uma visão pejorativa de populismo, a começar pelas ideias de que

(a) o populismo é um conceito vago e indeterminado, política e ideologicamente, e que

(b) se trata de um mecanismo puramente retórico.

Ele postula duas respostas para os problemas, afirmando que (a) a indeterminação e a vagueza constituem-se como elementos próprios da realidade social, articulada através da linguagem¹³ e que (b) a retórica não deve ser entendida enquanto um epifenômeno ideológico, mas sim como uma matriz sustentadora de estruturas conceituais e que, portanto, fornece coesão interna às ideias; conforme Laclau afirma: *“Far from being a parasite of ideology, rhetoric would actually be the anatomy of the ideological world.”* (2005, p. 13).

Por fim, ainda há a questão da formação do ‘Povo’, que para Laclau é uma das figuras simbólicas com que se pode articular e cristalizar identidades políticas, sendo que o populismo se refere a uma lógica pela qual estas são atingidas e manifestas. Dessa forma, seria correto deduzir da literatura contemporânea que, em referência à noção de ‘Povo’ – e principalmente para Laclau –, este não é um dado a priori, mas sim uma construção política, isto é, uma das formas de positivação de uma identidade política e social, que fornece coesão para a experiência política.

Como o Real da formação identitária de ‘Povo’ é sempre resistente às operações simbólicas de integração, sua natureza e constituição sempre será uma disputa politicamente articulada através da representação; em outras palavras, a preconcepção de um “povo” (seja em termos culturais ou sociais) a priori e anterior à

¹³ “[...] is populism really a transitional moment derived from the immaturity of social actors and bound to be superseded at a later stage, or is it, rather, a constant dimension of political action which necessarily arises (in diferente degrees) in all political discourses, subverting and complicating the operations of the so-called “more mature” ideologies?”. (Laclau, 2005. p. 18)

disputa em níveis de representação seria, para o autor, um mal-entendido das ciências sociais¹⁴.

De forma conclusiva, para Laclau, o populismo representa – em consonância à Muller – uma lógica política em vez de uma devoção específica a uma classe social ou ideologia política. A partir da formação de uma fronteira antagônica entre um ‘Povo’ simbólico e uma “elite”, um ‘Outro’ institucionalizado, serão (re)definidos e (re)articulados tipos específicos de ações sociais que ele chamará de demandas, que darão conteúdo à fronteira política antagônica (Laclau, 2005, p. 67-124).

2.2.1 Laclau e a resolução *metapopulista*

Laclau irá operar através da dissolução analítica de “grupos” (culturais ou sociológicos, como classes) em unidades metodológicas menores denominadas demandas. Para Laclau não se trata, jamais, de um “grupo” no sentido intrínseco e fechado, que nos levaria a postular o populismo enquanto uma ideologia ou movimento político rígido de classes, mas sim de articulações indentitárias que se formam graças ao populismo enquanto lógica de constituição dessa unidade. As demandas, entendidas enquanto formas articuladas de dispositivos retóricos, discursivos e ideológicos que buscam reconhecimento (Taylor, 1994), no entanto, quando não são atendidas pelas instituições democráticas, necessitariam de alguma forma de articulação para se tornarem hegemônicas e assim se sobreporem às demais para atingir seu objetivo. Assim, elas ligar-se-iam através de cadeias de equivalência, possíveis a partir de contextos de crise, unificando-se.

Por isso, a análise das demandas, conceito essencial para entender a dinâmica populista, é necessária. Conforme veremos adiante, é através de uma supressão dessas demandas sociais e democráticas (as quais possuem naturezas múltiplas) de direita que foi possível a eclosão do fenômeno bolsonarista sob uma lógica populista, dado principalmente pelo escoamento dessas demandas ligadas à direita que não foram completamente atendidas durante o ciclo de governos de esquerda no Brasil e pela impossibilidade de se articularem – até então – abertamente na esfera pública.

¹⁴ “The main difficulty with classical theories of political representation is that most of them conceived the will of the ‘people’ as something that was constituted before representation.” (Ibid, p. 163-164).

2.2.2 De democráticas à populares – as demandas e suas trajetórias

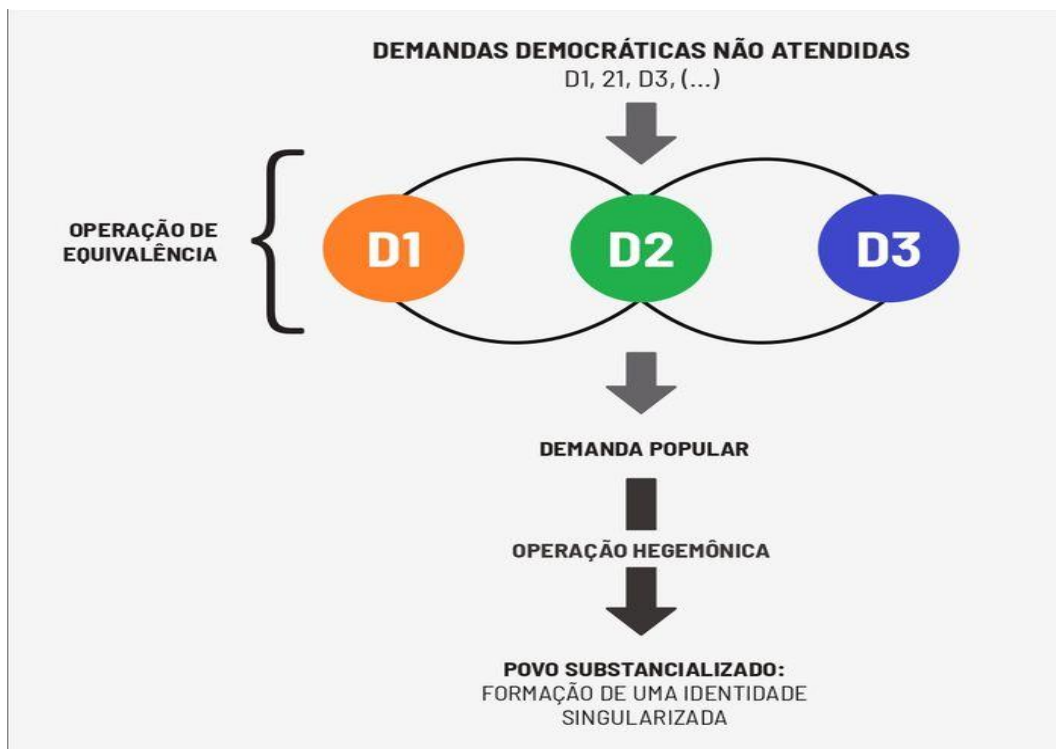
Se uma dada situação não permite que demandas sejam completamente atendidas, levando a uma acumulação frustrada de anseios não institucionalizados, seja por uma intencionalidade política ou por inabilidade institucional em atendê-las diferencialmente (por mais que não sejam tão diferentes), uma relação de equivalência poderá ser estabelecida entre elas.

Uma demanda isolada (baseada em uma lógica diferencial (quer dizer, não-hegemônica, não-monádica) será tratada, aqui, conforme a terminologia exposta por Laclau (2005), como uma demanda democrática. Já para o caso exposto acima de demandas não satisfeitas e que se ligam por cadeias equivalentes, chamá-la-emos de *demandas populares*. A articulação de demandas em uma cadeia de equivalência será parte das pré-condições de emergência do populismo, como elemento que dará a essas demandas não satisfeitas a possibilidade de se erigirem em torno uma identidade comum, de um Povo substancializado (Muller, 2016a). Nas palavras de Laclau (2005):

“[...] demands, isolated at the beginning, emerge at different points of the social fabric and the transition to a popular subjectivity consists in establishing an equivalential bond between them.” (Ibid, p. 86).

A relação entre os itens pode ser compreendida conforme a figura a seguir:

Figura 1 - Processo de formação e transformação das demandas democráticas em identidades simbólicas.



Fonte: Laclau (2005). Elaboração própria.

A operação de totalização gerada pelas demandas equivalentes encerra-se na tentativa de tornar-se hegemônica (popular), que é, para Laclau, a condição *par excellence* de emergência do populismo. E, como toda totalização é vista simultaneamente como uma exclusão – de uma identidade, de um discurso, de um grupo, de outras demandas –, a construção dessa identidade pressupõe a constituição de uma outra identidade para se contrapor – como a ‘elite corrupta’, os comunistas, as minorias favorecidas, etc.; é dessa forma e através desse processo que se consolida a fronteira antagônica entre o ‘Nós’ e ‘Eles’, através da justaposição entre demandas afins e pela definição, *ex negativo*, do ‘Eles’ ou ‘Outro’.

Tudo dependerá da rede de demandas diferenciais e equivalentes existentes e suas articulações formadas, que variam contextualmente; por isso, talvez, a razão dos teóricos do populismo tanto afirmarem que a operacionalidade do fenômeno é extremamente volátil, uma vez que demandas – e, por fim, a própria formação do ‘Nós’ e do ‘Eles’ –, formadas a partir de uma cadeia equivalente, não são apriorísticas, mas formações discursivas e associativas estocásticas.

Essa articulação de demandas insatisfeitas, através de uma cadeia de equivalências, torna possível a constituição de uma identidade política e social, e é através desse processo que se pode falar de um ‘Povo’ que se identifica como a totalidade da sociedade. É, por fim, a formação da identidade do ‘Povo’, através do que o autor concebe como operação hegemônica (Laclau, 2005, p. 75-85), que dará a consistência dessas demandas equivalentes, como forma de dar sentido prático à experiência política.

2.2.3 A operação hegemônica e a relação entre as demandas e líderes singulares

É, portanto, na ligação entre demandas democráticas, por meio de sistemas lógico-políticos de equivalência, que se consubstancia a possibilidade de emergência de uma singularidade simbólica como uma identidade popular, e é através do conceito de operação hegemônica que é feita essa ligação ou transição (Laclau, 2005, p. 80-90). Na ótica Laclauniana, essa operação é que fornece elementos para as demandas (elementos políticos e sociais) se tornarem uma identidade (simbólica-cultural) que se aspira dominante na sociedade.

Uma cadeia de demandas que opera sob a lógica equivalente, ao aumentar sua extensionalidade, desassocia progressivamente os significados originais atrelados às demandas particulares; e, quanto maior sua extensionalidade, mais conceitualmente frágeis se tornam as demandas iniciais – que são (ou podem ser) de natureza heterogênea. Por isso, Laclau irá falar que a identidade popular funciona como um significante vazio (Laclau, 2005, p. 90-100). É também por isso que a ênfase no “atributo performativo” (Laclau, 2005, p. 97) dos líderes é importante, já que os significados são cada vez mais deslocados de seu sentido original para preencher um vazio criado pelo concatenamento de demandas heterogêneas em torno de um símbolo – o ‘Povo’¹⁵.

Isso dará brecha para as teorias populistas com enfoque na questão performativa (Moffit, 2016; Vacano, 2019) e estética de líderes, que enfatizam o caráter performativo como mecanismo de absorção dessa diferença entre as

¹⁵Para fazer menção ao fenômeno bolsonarista, o protótipo identitário do “Cidadão-de-bem”, o ‘Povo’ definido a partir do concatenamento de demandas da direita, não se assemelha – se não em poucos casos – com a totalidade de seus votantes, mas se trata de uma soma do “tipo-ideal” delas. É precisamente nesse sentido que a identidade popular funciona ou opera como um significante vazio.

múltiplas demandas – e como forma de lidar com essa multiplicidade discursiva e ideológica. Quando Laclau (2005) fala sobre a dissociação entre o significado das palavras/conceitos e as imagens que elas evocam nas massas, deixa claro que é necessário utilizar ferramentas e dispositivos retóricos para a estabilização dessa relação confusa entre múltiplas demandas. O caráter “vago”, “impreciso” e “subdesenvolvido” do populismo dar-se-ia graças à essa incapacidade de unificar demandas sociais heterogêneas sem danificar suas estruturas conceitualmente; e é precisamente aqui que a ideia e o papel do líder podem ser mais bem delineados.

Negando as abordagens comuns sobre a influência do líder (derivadas da escola sociopsicológica e da psicologia de massas), como a noção de “manipulação carismática”, Laclau irá argumentar que, dada a imanente característica difusa das demandas democráticas (como elementos que existem e se definem apenas pelas diferenças estabelecidas entre si), somente um momento singular pode dar coerência às diversas ideias ligadas pela lógica de equivalência e “[...] *the extreme form of singularity is an individuality.*” (Laclau, 2005. p. 100). Assim como a teoria Hobbesiana postula a singularidade da ordem social com o soberano, o líder populista absorve esse papel de harmonizador dessas demandas heterogêneas.

A presença de um caráter anti-institucional, outsider e anti-establishment parece ter um relativo consenso (Cf. Laclau, 2005; Michael, 2016; Moffit, 2016; Muller, 2016; Kaltwasser, 2016; Molyneux & Osborne, 2017) nas formas de determinação que constituem o fenômeno atual do populismo de direita. Os partícipes anti-establishment sempre se lançarão enquanto outsiders do sistema institucional, pois assim conseguem efetuar a formação da fronteira antagônica com maior facilidade, bem como mobilizar mais efetivamente sua base eleitoral. Laclau afirma que

“[...] since any kind of institutional system is inevitably at least partially limiting and frustrating, there is something appealing about any figure who challenges it, whatever the reasons for and forms of challenge”. (Laclau, 2005. p. 123).

E, conforme descrevem Mudde & Kaltwasser (2018):

“Given that populists (re)politicize certain issues that the establishment, deliberately or not, has overlooked, and do so in essentially moral terms, they polarize the political system by mobilizing segments of the electorate that are angry with the current state of affairs against the “corrupt” elite.” (p. 1682)

2.2.4 Sinopse Laclauniana

Conforme podemos identificar a partir da visão laclauniana, o verdadeiro significado de populismo está em sua natureza ontológica de lógica política que possibilita a formação de um Povo cujo significante é vazio a priori e por essência, formação esta que é dada pelas concatenação de demandas heterogêneas através de uma cadeia de equivalência e da operação hegemônica; a criação de fronteiras entre o 'Povo' e o 'Outro', por sua vez, é entendida enquanto um campo de disputa do jogo político, onde prevalecem, nas configurações atuais do fenômeno populista de direita, determinantes morais como fundamentais no discurso político (Mouffe, 2005; Muller, 2016).

Como a construção do 'Povo' é impossível de se efetivar sem mecanismos representativos, a emergência de um líder que condense as características heterogêneas das demandas é essencial – nesse processo, a relação entre representantes e representados não se dá puramente em função de uma equivalência ou de uma autorização para atuar em nome de outros, mas sim como uma relação de mútua influência na através da qual tanto a identidade do representante como a do representado se configuram no movimento interno de representação.

Por fim, é evidente que a conclusão de Laclau é substancialmente diversa de muitos autores contemporâneos, pois postula uma neutralidade essencial do populismo e o elenca, diferente de uma abordagem puramente excludente, como uma forma legítima de construção de uma identidade popular. A construção de cadeias demandantes equivalentes a partir de demandas democráticas fragmentadas e sua unificação sob uma roupagem identitária popular preenche, para ao autor, a condição sumária da construção de uma identidade política – e, por fim, surge como uma forma de suprir uma falta da própria democracia moderna em termos representativos.

Assim, dentro da teoria lógico-discursiva, as variáveis heurísticas que nos fizeram refletir sobre a existência de um corpus rígido para definir o populismo nos remeteram, portanto, às seguintes conclusões:

- a. O populismo é uma lógica política que tem por atributo essencial a construção de uma fronteira antagônica – o “Povo” substancializado contra

um “Outro” institucionalizado – que opera através da moralização política (Mouffe, 2005; Kaltwasser, 2016; Muller, 2016);

b. Uma vez que as demandas democráticas se deslocam de seus sentidos originais através de uma lógica equivalente para se tornarem demandas populares¹⁶, é necessária sua singularização em torno de uma individualidade simbólica – um líder ou um partido, por ex. – cuja linguagem sempre será imprecisa e vaga¹⁷, já que a heterogeneidade de demandas cria uma disfuncionalidade interna nas operações conceituais.

2.3 LÍDERES OU INSTITUIÇÕES? O DILEMA DO POPULISMO HISTÓRICO LATINO-AMERICANO

A literatura latino-americana (Ianni 1991) tem, de forma clara, visões completamente diferentes do fenômeno populista. Ianni, por exemplo, deixa manifesto que o fenômeno do populismo não é algo novo, mas sim um fenômeno típico do desenvolvimento do capitalismo dependente que possui um histórico forte dentro dos sistemas políticos sul-americanos.

Ao menos até recentemente, os estudos sobre populismo eram concentrados na perspectiva do paradigma “*tradicional x moderno*”, pela via sociopsicológica e da perspectiva de classes. Ianni (1991), por exemplo, diz que os principais paradigmas populistas giram em torno de explicações que classificam o populismo enquanto: (a) um fenômeno característico da passagem de sociedades tradicionais ou rurais para a sociedade moderna ou industrial (o paradigma do “tradicional” x “moderno”); ou, (b) enfatizam as questões dicotômicas entre ‘massa’ e elite, o perfil demagogo e carismático dos líderes, a relação entre populismo e fascismo, concluindo que

[...] o populismo latino americano parece corresponder a uma etapa específica na evolução das contradições entre a sociedade nacional e a economia dependente. (Ianni, 1991. p.9)

Tendo como referência o governo varguista, caracterizando populismo enquanto uma forma de governo, que combina estruturas e relações do sistema

¹⁶ “[...] a certain demand, which was perhaps at the beginning only one among many, acquires at some point an unexpected centrality, and becomes the name of something exceeding it [...]”. (Ibid, p. 120)

¹⁷ Para Laclau, esse é uma característica essencial da operacionalização populista, “[...] not because of any cognitive failure, but because it tries to operate performatively within a social reality which is to a large extent heterogeneous and fluctuating.” (Ibid, p. 118)

social com determinações da dependência econômica, também assinala que o populismo é essencialmente um fenômeno de classes – enquanto etapa última do desenvolvimento e da formação das relações capitalistas na América Latina (Ibid, p. 12-13). Também o definem, ora como um “movimento pragmático” de “ambiguidade ideológica” que força as massas a recorrer às formas de reivindicação social tradicionais – principalmente o clientelismo (Baquero, 2010, p. 182), ora enfatizando o sucesso da práxis política populista como um reflexo do “carisma” dos líderes (Ibid, p. 185).

O argumento central desses autores recai sobre a permanência de características pré-modernas, ou arcaicas, de modos afetivos alegoricamente estancados na performance das relações sociais, uma vez que o Moderno Estado de Direito é deficiente em prover condições universais prometidas pelo sistema democrático (em termos de acesso à bens e direitos), os cidadãos recorreriam à estratégias e formas de atuação à margem das instituições formais; assim, a realidade política e social não funcionária através da dimensão moderna (democrática, liberal, industrial, participativa, multiculturalista, racional) mas por lógicas pré-modernas de ação social, de modo que [...] *as eleições se convertem em um protocolo vazio de competência e significado real em que predominam o personalismo e o clientelismo.* (Ibid, p. 187)

Já que o Estado Democrático de Direito, mediado pelos partidos políticos, não atende as necessidades do povo, estes incorporariam uma cultura política propícia ao “carisma” e à “manipulação”, onde a única forma de recompensa por viverem em *“sociedades marcadas por profundas desigualdades e de riscos cotidianos”* (Ibid, p. 187) viria dessas formas derivativas de afeto social pré-modernas.

Para Campos-Herrera & Reguero (2019), autores que analisam as escolas latino-americanas historicamente, os movimentos teóricos relacionados ao conceito de populismo na América Latina aparecem sob três diferentes vertentes: o “populismo clássico”, caracterizado pela presença e imponentia de um líder carismático e pela mobilização específica de classes (Di Tella, 1965; Germani, 1978); o “neopopulismo” dos anos 1990, que enfatiza a ligação entre populismo e neoliberalismo (Weyland, 1996); e, por fim, o populismo do século XXI, enquanto manifestação política protagonizada por governos de esquerda (Collins, 2014; Ellner, 2003).

Conforme o Quadro abaixo, também elencam o que concebem como a principal escola europeia atual – a teoria ideacional:

Quadro 2 - Teorias Latino-americanas e contemporâneas sobre o populismo.

ABORDAGEM	IDEIAS CENTRAIS
ESTRUTURALISTA	O Populismo tratar-se-ia de um movimento multiclassista e heterogêneo, dado pelas condições dos anos 30 e 40 de substituição de importações e pela mudança paradigmática na economia, com a imagem do líder carismático como fundamental meio de ligação entre o povo e o soberano.
ANALÍTICA DISCURSIVA Laclau (1977 e 2005) e Mouffe (1985)	Análise do populismo centrada no discurso e na retórica política. Concepção neutra de populismo (enquanto mecanismo político legítimo).
POLÍTICO-ESTRATÉGICA Weyland (1996, 2001)	Populismo teria a ver mais com relações de poder do que de clientelismo e distribuição de recursos; essa corrente define o populismo enquanto uma estratégia utilizada por líderes políticos para conquista e manutenção do poder, enfatizando mecanismos de contato direto com a população desorganizada.
SOCIOCULTURAL	Define o populismo como um “estilo político” que utiliza ações apelativas como forma de reconhecimento não-institucionalizado. O populismo lidaria com costumes, maneiras de se conectar com o povo e com comportamentos/ costumes. Há ênfase em líderes personalistas.
IDEACIONÁRIA (Mudde & Kaltwasser)	Enfatiza o caráter ideológico do populismo. Há a essencial divisão entre “o povo” e as “elites corruptas” e a ideia de representação de uma “vontade geral”; mais ligada aos fenômenos europeus – abordagem regionalizada. Populismo é um discurso moral, que defende a soberania popular e enfatiza a contraposição entre um ‘povo’ e uma ‘elite corrupta’.

Fonte: Campos-Herrera & Reguero, 2018. Elaboração própria.

Os autores concluem, à despeito das críticas às escolas, que a teoria ideacional não é adotada pela maioria das escolas latino-americanas pois é uma abordagem recente e regionalizada, especialmente focada no fenômeno contemporâneo europeu e norte-americano. No entanto, elencam-na como forma de superar as outras análises, sempre focalizadas ou no líder ou nas massas; assim, a teoria ideacional permitiria fazer uma dupla análise: tanto das condições culturais e ideológicas dos votantes, do povo, como dos discursos e condições de emergência do líder – ou seja, tanto das demandas quanto das ofertas populistas (Kaltwasser, 2016; Mudde & Kaltwasser, 2018).

2.3.1 Para onde aponta o populismo?

De fato, atualmente há uma verdadeira perda de interesse dos cidadãos em participar de organizações formais e informais de associação política (Baquero, 2010); há, também, a centralização de características políticas desejáveis em torno de elementos simples (como um líder ou um partido político); entretanto, esses fatores não devem ser lidos necessariamente enquanto elementos produzidos por um mal-estar culturalista, principalmente porque esse ‘desinteresse cultural’ na política pode ser ocasionado por fatores macropolíticos, por exemplo, figurados através do descrédito nas instituições de mediação democrática (Laclau, 2005; Mudde & Kaltwasser, 2018) e dos representativos políticos (partidos) da sociedade (Madeira & Tarouco, 2011; Samuels & Zucco, 2018); ademais, é da própria lógica política populista a representação dessa diversidade social das demandas (Laclau, 2005. P. 99-100) em torno de líderes singulares.

Para essas escolas históricas, portanto, ou o problema estanca-se na análise do conflito entre cultura e sistema econômico (na natureza das relações contraditórias, arcaicas, com o mundo moderno, capitalista e industrializado) ou reside na própria “cultura psicopolítica” e no mal-estar cultural. Essa identificação dos cidadãos em termos emocionais, como vimos em Laclau (2005) e Muller (2016), é uma visão essencialmente redutora das lógicas populistas contemporâneas, pois assume um caráter inerentemente sociopsicológico de análise e fundamenta-se em uma análise atomizada do fenômeno – ora no líder autoritário, carismático, ora em grupos sociológicos, como classes sociais.

Essas interpretações trazem-nos alguns sérios problemas na hora de definirmos o que é populismo; ou melhor, do que foi (dito sobre) o populismo. Como essa investigação mais ampla – a comparação das teorias populistas europeias e latino-americanas – está fora do escopo de nosso trabalho, ficará relegada à posteriores investigações sobre a natureza dos fenômenos políticos das experiências latino-americanas e europeias. Como o populismo, na asserção histórica do termo e em suas respectivas análises acima apresentadas, parece-nos remeter às formas “primitivas” de análise detectadas por Laclau (2005) e Muller (2016), abordaremos a questão atual com base em referenciais teóricos, também, atuais. Ultrapassando as abordagens regionalizadas e que enfatizam o caráter do

populismo enquanto um produto do subdesenvolvimento político e social, hoje se sabe que o fenômeno, até então reduzido às experiências democráticas latino-americanas, também se instancia em diferentes regimes democráticos “modernos” – como o europeu e norte-americano. Assim, essas novas análises sobre o fenômeno surgem como uma tentativa de mapear as características universais e essenciais do populismo, enfatizando de que maneira este mobiliza e constrói identidades políticas (Laclau, 2005) e tensiona o jogo democrático.

Se o populismo é uma forma de governo ou uma ideologia política, hoje, parece-nos que não. As circunstâncias históricas que propiciaram a emergência de dispositivos considerados populistas de governo – enquanto modelo governamental, ideologia ou de relação líder-massas – em contextos socioeconômicos diversos, como o peronismo (Argentina), varguismo (Brasil) e cardenismo (México), talvez possam ser revisitadas tendo em mente a conceitualização adotada aqui, de forma que possam ser contestadas visões canônicas que se estabeleceram enquanto um dito consenso-geral.

2.4 Conclusão

De forma conclusiva, a partir de um rápido intercurso na literatura recente, esperamos ter elucidado melhor a problemática populista trazendo à tona alguns dos problemas que a causam e as determinações que constituem o populismo, abrindo mão de uma enfática crítica ao mesmo como um mero “domínio carismático” que deturpa a democracia, ou de uma conexão intrínseca deste para com um grupo sociológico ou cultural específico, mas sim buscando identificar de que forma o sistema democrático e o populismo operam em conjunto na construção de identidades políticas (Laclau, 2005).

A característica de semelhança familiar (Wittgenstein, 1996) entre os modos, tipologias e nomenclaturas com que foram apresentados os conceitos de populismo não devem nos limitar na hora de descrevê-lo e entendê-lo enquanto um fenômeno político legítimo e cada vez mais abrangente. O populismo, se analisadas as proposições estabelecidas e o diálogo transversal proposto entre as escolas contemporâneas, parece-nos levar a um estado da arte de defasagem do sistema democrático liberal que, como Laclau (2005) e Mudde & Kaltwasser (2018) apontam, está na raiz de todo movimento populista. Além disso, conforme veremos, o

elemento de crises – políticas, culturais e econômicas – e a denúncia de “irresponsabilidades” na condução política (Mudde & Kaltwasser, 2018, p. 1681) também desempenham um papel essencial na emergência do populismo.

De fato, como vimos, há diferentes tendências contemporâneas dos estudos sobre o fenômeno recente do populismo, que giram em torno de descrevê-lo, i.e., elencar suas características distintivas, como também as que se debruçam sob a elaboração de um conceito analiticamente rígido e universalizante. Por isso, a abordagem de Laclau (2005), Mudde & Kaltwasser (2013; 2018), junto das contribuições de Muller (2016) e Mouffe (2005), principalmente no tocante às reflexões sobre a natureza excludente e moralizante do populismo atual, nos pareceram mais do que adequadas para a análise do caso aqui proposto.

A façanha populista de suspeição de toda e qualquer instituição (política, social, midiática), enquanto mecanismo específico de inserção política outsider e anti-establishment, também justifica as suscetíveis tentativas de explicar o fenômeno a partir de lideranças carismáticas ou personalistas, ou de associá-las ao fascismo, uma vez que a desconfiança nas instituições gera padrões de representatividades hostis ao campo democrático padrão e à sociedade. Também, a singularização do fenômeno em torno de um líder repercute na própria ideia de que a política é traduzível ou perfeitamente exprimida sem mediações institucionais (como na ênfase e estímulo do “contato direto”, que Molyneaux e Osborne (2017) postularam como característica essencial do populismo contemporâneo), o que é visto com desconfiança por muitos estudiosos.

Conforme vimos no início do capítulo, duas abordagens são centrais na análise do fenômeno, e concentram-se na discussão da natureza inclusiva ou excludente das experiências empíricas e no papel do populismo na formação de identidades políticas. As visões negativas sobre a natureza do populismo – como as teorias que enfatizam suas características excludentes – se baseiam na ideia de que as democracias liberais buscam equilibrar demandas da sociedade com meios de representação política, estabelecendo governanças através das instituições sólidas; conforme vimos, no entanto, para o populismo de direita, a priorização do povo é, em si, formada a partir de elementos morais (Mouffe, 2005, p. 76). Portanto, para que o estágio de transição entre demandas e sua representação política seja efetivado, é preciso que a moral se mostre ou se exprima através da política, e é

nesse aspecto, ou nessa relação, que o populismo – nesse caso, de direita – entraria em atrito com os princípios democráticos pluralistas.

Isso também explica por que os populistas tendem a ser aparentemente hostis às regras existentes do jogo: os populistas possuem um discurso de desprezo do que eles concebem como o “*establishment*”, a mesmice política (a “*velha política*”, aqui) que governa as instituições, bem como de seus agentes parasitários (o ‘Outro’, a ‘elite corrupta’). É devido a esse apelo moralista que o populismo aparenta ser uma antipolítica do político, fazendo promessas e profetizando acontecimentos que vão além dos cenários possíveis e que não saem completamente – e nem poderiam sair – dos planos de governo apresentados (Moffit, 2016, p. 45-46; Abranches, 2019).

Por fim, não nos parece que exista uma maneira simples e realmente efetiva de caracterizar a nova “onda populista” de maneira geral, com suas características essenciais, senão pela exploração de seus processos constitutivos comuns e através do estudo do fenômeno em sua particularidade atual – onde as diferenças e semelhanças aparecem na própria análise e não na aplicação abstrata de um conceito. Concluimos, portanto, que o populismo é, no atual estado efetivo da teoria política, um fenômeno que não pode ser desassociado de uma moralização política (Mouffe, 2005), que se manifesta em expressões político-ideológicas, atualmente, de natureza de direita.

3 DO GIRO À ESQUERDA À ‘NOVA DIREITA’ – TRANSFORMAÇÕES PARADIGMÁTICAS E ESTABILIZAÇÃO PRAGMÁTICA

A primeira década do século XXI assistiu a desenvolvimentos políticos extraordinários da esquerda latino-americana, com a emergência desses governos protagonizando grandes mudanças políticas e econômicas em diversos países (Cf. Castañeda, 2006; Levitsky & Roberts, 2011; Kaltwasser, 2014). Kaltwasser (2014) explica que o projeto de “*modernização conservadora*”, impulsionado e levado à cabo pelas reformas neoliberais dos anos 80 e 90 por partidos à direita e centro-direita do espectro político, apesar de ter satisfeito algumas demandas importantes da sociedade – como o fim da hiperinflação, a ampliação da cidadania e estabilidade macroeconômica –, acentuou índices de desigualdade e abriu brecha para a emergência de novas demandas sociais, como as relacionadas ao multiculturalismo e identidades diversas; dessa forma

“(…) el giro a la izquierda que ha experimentado el continente latinoamericano desde finales de la década de 1990 está directamente relacionado con el ocaso del proyecto de modernización conservadora que líderes, partidos políticos y tecnócratas de derecha auspiciaron con bastante éxito durante los años 80 y 90; (...) el giro a la izquierda se explica en gran medida por la efectiva politización de la desigualdad por parte de ciertos actores.” (Kaltwasser, 2014. p. 6-7).

Somado a isso, a última grande crise do neoliberalismo em 2008 e suas recentes crises – econômicas, políticas e sociais – representaram um teste de resiliência para a América Latina e, ao mesmo tempo, uma oportunidade de contestação ideológica de projetos políticos e econômicos – nos níveis de governança doméstica e internacional.

Com um ciclo político e econômico específico inaugurado pela maré rosada no Brasil, o Partido dos Trabalhadores (PT) se viu diante de duas opções político-econômicas: enfatizar e preservar o modelo macroeconômico consagrado no fim do século XX pela centro-direita (o tripé macroeconômico e o pacto de classes, por exemplo) ou romper com os programas político-econômicos até então implementados. O resultado desse conflito ideológico e político contribuiu para que surgissem discussões sobre a natureza da política econômica dos governos do PT, ora taxando-o como um novo-desenvolvimentismo socialmente inclusivo, ora como uma espécie de pós-neoliberalismo (Singer, 2009) – ou, ainda, como um “populismo econômico irresponsável” (Fonseca, 2016).

O meio termo ideal, à nosso ver, constitui-se a partir da primeira visão, uma vez que a burguesia nacional – os grandes players – foi amplamente favorecida (através da isenção de impostos e empréstimos públicos), ao mesmo tempo em que se tentava aplicar e aprimorar programas de políticas sociais inclusivas e de ações afirmativas, como mecanismo de incluir agentes excluídos ou à margem do processo social (Fonseca, 2016); no entanto, não conseguindo articular uma alternativa convincente ao modelo neoliberal de mercado – não se desviando suficientemente da dependência produtiva e do agronegócio, das elites oligárquicas historicamente reacionárias – e da democracia representativa liberal – mantendo os esquemas, dinâmicas, processos políticos através de pactos sucessivos e cada vez mais abrangentes –, em um contexto de severa crise política e econômica (Neto, 2016) a governabilidade do partido ruiu.

Os acontecimentos políticos dos últimos anos – desde as manifestações de 2013 às sucessivas revelações dos casos de corrupção da Petrobras e ao desdobramento dessa investigação na formação da “Lava Jato”, bem como o subsequente impeachment de Dilma Rousseff em 2016 (Samuels & Zucco, 2018) – abalaram quase que totalmente as estruturas econômicas e políticas do Brasil. Esses fatos convergem, por fim, à crescente negativação do PT no cenário político¹⁸ (Cf. Tatagiba et. Al., 2015; Messenberg, 2017; Samuels & Zucco, 2018); conforme explicam Mudde & Kaltwasser (2018), nas últimas décadas

(...) Brazil has experienced the emergence of strong positive and negative political identities toward one party in particular: the Workers' Party (PT). Hence, despite the existence of several political parties in the country, voting behavior is driven mainly by sentiments for and against the PT. (p. 1684)

Todos esses acontecimentos traduzem-se ou se exprimem na crescente polarização dos votos, na negação da política como forma de representatividade legítima (Mudde & Kaltwasser, 2018), nas diferenciações estratégicas e partidárias por novas disputas políticas e na formação de novas coalizões de governo, bem como em novos cenários de governabilidade no Brasil pós-2016.

¹⁸ “(...) *petismo declined because events cast the party in a negative light. Mainly, petistas grew disillusioned with Dilma’s and their party’s mismanagement of Brazil’s economy and with the party’s apparent abandonment of the principles that attracted them to its banner in the first place.*” Samuels & Zucco, 2018. P. 12. E, no ano de 2013, “(...) *two crises shook Brazilian politics to its core: the massive petrolão or Lava Jato scandal and a deep recession.*” (Ibid, p. 99), o que contribuiu para a percepção negativa da condução política e econômica do país, aumentando as acusações de corrupção e irresponsabilidade ao partido (Mudde & Kaltwasser, 2018. P. 1679-81)

As novas forças mobilizadoras e o papel das novas tecnologias de informação e comunicação, bem como a presença maciça de grupos de direita e conservadores nas manifestações pós-2013 nos impõem desafios, uma vez que esse período representa uma quebra de expectativa política em relação ao início do século, de modo que os protestos passam a ter cada vez mais a participação de grupos de direita em suas formações e articulações (Cf. Brugnago & Chaia, 2015; Chaloub & Perlatto, 2016). Para Madeira & Tarouco (2011), a crescente indiferenciação ideológica dos partidos políticos brasileiros levou a uma clivagem de agendas, propostas e alianças, conduzindo-nos às tendências retóricas de denúncia da “mesmice” partidária na percepção do senso-comum – como a máxima de corrupção generalizada em todos partidos –, que abriu espaço para o protagonismo de outros agentes, partidos e organizações no campo político e na esfera pública.

Assim como o partido ou líder populista ganha espaço com o fator de “irresponsabilidades” de governos anteriores (Mudde & Kaltwasser, 2018) e da polarização política¹⁹, este também se aproveita de contextos de crises profundas para formular e derivar daí seu discurso e táticas políticas principais (Moffit, 2016; Muller, 2016), uma vez que

A “crisis” is not an objective state of affairs but a matter of interpretation. Populist will often eagerly frame a situation as a crisis, calling it an existential threat, because such a crisis then serves to legitimate populist governance. (Muller, 2016. p. 36)

Dado que as crises são vetores axiais para a formação e abertura de novas inserções e contestações de agentes políticos, elas forçam a sociedade a tomar decisões cada vez mais imediatas e a simplificar o terreno político (Moffit, 2016, p. 38-9) como maneira de aproximar diferentes demandas insatisfeitas existentes na sociedade. É nesse contexto de crise – institucional, política, econômica e social – que a ‘nova direita’ surge e se consolida enquanto elemento essencial da transição e nova consolidação ideológica na política brasileira.

¹⁹ “(...) *populist parties profit from the opposite of polarization, that is, ideological convergence between the main (left and right) parties.*” Mudde & Kaltwasser, 2018. P. 1681-2. Ademais, a polarização política, em contexto de crescentes indiferenciações partidárias e crises socioeconômicas “(...) *created a political space for populist radical right parties, particularly when mainstream right-wing parties moved back to the center to fend off “Third Way” center-left parties over centrist voters.*” Ibid, p. 1682.

3.1 Formação ideológica e partidária da ‘nova direita’

Os últimos anos da política brasileira são lembrados ou caracterizados pelo surgimento de lideranças e grupos políticos alternativos que se autodenominam porta-vozes de um novo movimento político e social. Após 2014, com a eleição do “congresso mais conservador do período pós-1964” (DIAP, 2014; Madeira & Quadros, 2018), em 2018 o parlamento e a sociedade parecem ter dado um passo além dessa duvidosa conquista. O que alguns autores vêm chamando de “*onda conservadora*” (Almeida, 2017) e “*nova direita*” (Kaltwasser, 2014; Roeder, 2016; Cepêda, 2018) ganha espaço nas discussões políticas e na sociedade como um todo, enquanto movimentos complexos e heterogêneos que mobilizam diversos setores e demandas em torno de objetivos muitas vezes difusos – desde o combate à “ideologia de gênero” à liberalização do porte de armas, por exemplo.

Essa multiplicidade de movimentos acaba convergindo em torno de fatores relativamente comuns, apesar de possuírem demandas diferentes, e esse contato ideológico superficial fornece uma consistência relativa à natureza política do fenômeno. É nesse sentido que se pode falar em “*onda conservadora*” ou “*nova direita*”, não enquanto movimentos político-sociais homogêneos e concisos entre si, mas sim porque unificam sua multiplicidade, na superfície, em torno de elementos ideológicos e políticos – sua ligação com a direita e o conservadorismo (Madeira & Quadros, 2018) – e, mais precisamente, simbólicos – enquanto Povo legítimo e legitimado (Muller, 2016).

Assim, se por um lado distinções devem ser estabelecidas como estratégia de dar forma às diferentes manifestações e demandas quanto às suas raízes e objetivos, por outro lado é no concatenamento dessas diferentes demandas que se consubstanciam os discursos e as formas de ações políticas, e é partindo desse processo que se pode derivar uma compreensão dos reforços mútuos que essas demandas exercem sobre si e sobre as outras.

Na análise de literatura e bibliografia sobre o tema, pudemos identificar dois níveis analíticos de investigação sobre o fenômeno da “nova direita”: o primeiro – a nova direita ideológica –, lida com o caráter ideológico do fenômeno e o trata em sua dimensão mais abstrata e universal; enquanto que um segundo – a nova direita partidária – é uma análise particularista e restringe-se à análise da evolução desse

fenômeno no sistema partidário brasileiro, concentrando-se primordialmente na transformação das direitas brasileiras nos parlamentos ao longo do século XXI.

3.1.1 A 'nova direita' ideológica

O período pós-ditatorial é essencial para compreender a dinâmica e as formas de inserção dos partidos políticos e dos mecanismos de diferenciação atuais dos partidos brasileiros, assim como a origem da formação heterogênea das demandas contemporâneas de direita, como afirmam Madeira & Tarouco (2011):

“(...) após o fim do regime autoritário, a definição do significado de esquerda-direita estava intimamente relacionada ao envolvimento, ou não, de partidos e grupos políticos com o antigo regime. Esta, talvez, seja a origem do fenômeno (identificado ainda hoje no Brasil) denominado como “direita envergonhada” (SOUZA, 1988). Analisando este fato, Power e Zucco (2009) levantaram a hipótese de que a auto-definição de atores políticos membros de partidos considerados de direita (notadamente PDS/PPB/PPR/PP e PFL/DEM), como sendo de centro é condizente com o esforço de boa parte destes grupos políticos para desvincular a sua imagem do antigo regime autoritário.” (p. 175).

Chaloub e Perlatto (2016) se voltaram para a compreensão das formas pelas quais esses novos grupos reivindicam para si tradições e slogans de “direita”, o que demonstraria um rompimento com o fenômeno da “*direita envergonhada*” (Power, 2000; Zucco Jr., 2011, APUD Madeira & Quadros, 2018) – isto é, de uma direita que não se assumia publicamente nem se articulava socialmente de maneira aberta. Conforme apontam os autores:

Em cenário de adensamento do campo que se representava como direita, vozes outrora isoladas e pouco influentes ganham força, velhos personagens assumiram renovada persona política e novos atores adentram com estardalhaço no terreno. (Chaloub & Perlatto, 2016, p. 6)

Em Guia Bibliográfico da Nova Direita (2017), Berlanza enfatiza a pluralidade da direita e da nova direita, movimento composto por:

(...) entusiastas do regime militar, que desejariam uma ação pela força para destroçar o atual estado das coisas; há conservadores que se modal a um viés mais “continental” europeu, preferindo roupagem mais “religiosa”; há os que defendem o retorno da monarquia; os que defendem mais e menos Estado (...) os “libertários”, que pregam a privatização de tudo quanto possam e, em um ponto extremo, chegam ao anarco-capitalismo (BERLANZA, 2017: p. 243, apud Cepêda, 2018: p. 54).

Portanto, a nova seria composta a partir de uma heterogeneidade de pautas e valores (Kaysal, 2015), como o combate à corrupção e a pauta moralista, a pressão por liberalização e menor interferência estatal, e procura distanciar-se de um passado ditatorial. Quanto às características de ação do movimento ideológico da “nova direita”, Cepêda (2018) identifica a tendência ao que chama de uma batalha ideológica exterior ao escopo do debate racional: “[...] a guerra híbrida, com o recurso à falsificação da história e do marco teórico, com associações perversas entre temas, eventos, ideias que de fato não ocorreram.” (Cepêda, 2018. p. 49)

Essa “guerra híbrida” acentua-se através da extensão de novas formas e instrumentos de luta política (Cêpeda, 2018, p. 52). Muitos trabalhos apontam caminhos e estratégias – que não poderemos duplicar aqui – da nova direita, quanto à disputa na esfera pública por legitimação (Cf. Cruz; Kaysel; Cudas, 2015; Chaloub; Perlatto, 2016; Messenberg, 2017).

Por fim, o que chamaremos aqui de ‘nova direita’ ideológica surgiria, então, como resposta mais ou menos difusa à “mare rosada” latino-americana e como reação aos governos de esquerda que conquistaram boa parte do cone sul durante as últimas décadas. Segundo Kaltwasser (2014), os principais dispositivos de ação da ‘nova direita’ residem em:

- (a) ênfases de estratégias políticas não-eleitorais com foco na sociedade civil;
- (b) edificação de estratégias eleitorais partidárias já existentes no sistema político partidário; e
- (c) destaque para estratégias eleitorais não partidárias e que relacionam a constituição de novas lideranças como produtos da margem do sistema político partidário – i.e., outsiders políticos.

3.1.2 A ‘nova direita’ partidária

A ‘nova direita’ partidária alude à reinvenção das direitas no parlamento, principalmente como forma de responder às ofensivas de uma esquerda (como o PDT e PT) que crescia em termos de adesão popular durante a década de 80. Em uma das primeiras tentativas de classificação empírica do fenômeno, Roeder (2016) identificou a presença de três segmentos diferentes que comporiam o espectro político da direita:

(a) a “velha direita”, cujo predomínio de questões econômicas neoliberais e conservadorismo moral permanece constante;

(b) a “nova direita”, subdividida em neoconservadores, com defesa de intervenção estatal mínima e uma segunda neoliberal, orientados pela não intervenção do estado e com posicionamento libertário em relação aos comportamentos individuais; e

(c) a chamada direita fisiológica, que não apresentam posicionamentos fixos, orientando-se de forma pragmática.

A forma da “velha direita” (Bolognesi et al, 2015; Roeder, 2016) seria composta, principalmente, pelos partidos PP, DEM, PR, PSC²⁰. Representados majoritariamente pelo empresariado, políticos profissionais, lideranças sociais. A ligação com ditaduras militares, defesa da não intervenção do Estado e a defesa da moral cívica e da família tradicional se constituem como suas características principais.

Já a “nova direita” seria composta majoritariamente pelo empresariado, novas lideranças e por outras ocupações (Roeder, 2016), representada principalmente por micro e pequenos partidos pós-ditatoriais; o liberalismo com intervenção limitada e a defesa da democracia e dos valores da família tradicional seriam suas características chave.

Já os fisiológicos teriam menor ênfase em políticos profissionais e profissionais liberais e maior em empresariado, novas lideranças e trabalhadores, além de uma maior concentração acima do esperado em “outras profissões”. Suas defesas e posições ideológicas são pragmáticas e variam conforme o contexto político e social existente.

Os dados de Roeder (2016) encontram consonância com as conclusões de Codato, Berlatto e Bolognesi (2018), que registraram um aumento, nas últimas eleições (período de 1998 a 2014) dos partidos confessionais de direita (representados pelos evangélicos e religiosos) e dos partidos paternalistas – ambos

²⁰ Outros também se incluem nessa lista, junto dos chamados “partidos satélites”. O PSL, partido de Bolsonaro, era considerado então como um desses. O avanço quantitativo de candidatos eleitos por micropartidos – nova direita e fisiológicos –, no entanto, ainda é pouco estudado na literatura. Ver mais em ROEDER, Karolina Mattos. “Existe uma nova direita no Brasil? Uma proposta de classificação e análise de seu perfil social.” 10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política. Belo Horizonte, MG, 2016.

fisiológicos, na classificação de Roeder (2016) –, e uma queda da direita tradicional-secular – a “velha direita”. A tendência estabelecida por Roeder (2016), em relação à queda do número de representantes parlamentares da “velha direita” permanece estável em relação às eleições de 2018, com destaque para a ascensão de partidos da “nova direita” neoliberal – em especial o NOVO, que saltou de 0 para 8 cadeiras – e dos chamados partidos fisiológicos – o “centrão”.

3.1.3 O que é, enfim, a ‘nova direita’?

Chaloub & Perlatto (2016) propõem algumas características que definem a natureza da nova direita (composta por uma miscelânea de direitas, desde os confessionais aos libertários e neoliberais) brasileira e suas afinidades, sendo algumas delas:

- (a) o relativo distanciamento em relação à memória ditatorial;
- (b) a afinidade com o contexto internacional, compreendendo sua emergência enquanto algo mundial;
- (c) alargamento de estratégias de difusão na esfera pública – sobretudo através de mídias sociais;
- (d) consolidação de lócus específicos para disseminação de ideários conservadores e liberais – através de “think tanks” e comunicadores;
- (e) polarização política possibilitada pelo fracasso da maré rosada; e, por último
- (f) o aproveitamento da crise do sistema representativo clássico, com o ressurgimento de padrões diferenciados de representação política – os chamados outsiders políticos.

Todo movimento ideológico requer, para sua própria sustentação, um aparato ou corpus teórico e retórico, de forma que sem instituições, porta-vozes ou mecanismos de comunicação seria difícil chegarmos no atual estado de disseminação e aceitação discursiva e prática com que nos encontramos; é por isso que a disputa das arenas acadêmicas e na esfera pública política é, cada vez mais, inebriada por pensadores ligados à esse campo ideológico (como Olavo de Carvalho, Luiz F. Pondé, Rodrigo Constantino), bem como através de institutos (MBL, Millenium) e atores diversos (Chaloub & Perlatto, 2016. P. 11-14), assunto que será abordado mais à frente.

Assim como Messenberg (2017), Cepêda (2018) identifica a presença do “tema do aparelhamento” nos discursos da nova direita, comprometendo moral e politicamente partidos de esquerda opositores. Os temas e pautas de forte apelo moral transformam-se em produtos políticos *par excellence* e são, pouco a pouco, introduzidos nas pautas políticas. A introdução desses fatores cria severas distorções nos processos públicos políticos e interferem nas instituições representativas políticas, podendo ampliar a desconfiança da população em relação às mesmas; conforme explicam Koerner & Schilling, (2015):

Acusações de corrupção, abuso ou desvio de poder são armas políticas de alto calibre que produzem efeitos certos sobre a reputação e perspectivas de carreira política, e tendem a limitar os apoios aos que delas são alvo. (p. 83-87).

Por fim, Roeder (2016) define, assim como Kaltwasser (2014), que a constituição da “nova direita” surge como uma resposta difusa à “maré rosada” latino-americana, servindo de catalizadora de diversas tendências latentes na sociedade, assim como tem origem na desconfiança, pela população, dos partidos tradicionais (Madeira & Tarouco, 2011). Para a autora:

[...] a nova direita na América Latina é uma postura política que conserva elementos da velha direita: o capitalismo como modelo econômico e preceitos morais tradicionais; entretanto, essa direita ideologicamente renovada reconhece e aceita as vantagens políticas das políticas sociais implementadas pela esquerda na região, ao mesmo tempo que procura se desvincular da memória dos regimes ditatoriais militares apoiados pelos partidos da velha direita”. (Roeder, 2016. p. 121)

Assim, uma constatação importante é a de que a “nova direita” possuiria características de defesa de estruturas sociais médias (como a família e a comunidade religiosa) como bandeira, assim como o fato dela atrair “[...] *perfis personalistas de líderes que já contam com base eleitoral difusa e formada*” (Blogonesi et al, 2015. p. 138); assim, explicar-se-iam as afinidades e eleições de “lideranças políticas” (como líderes religiosos e comunicadores) outsiders como forma dominante dos partidos da nova direita, que se resumem à pequenas legendas as quais servem como catalizadores de votos por meio de personalidades específicas – como a de Jair Bolsonaro.

Concluindo, a composição da “nova direita” nos parece muito mais difusa e complexa do que aparenta ser, mas sua discussão não pode ser mais estendida aqui. Conforme podemos destacar, através de um rápido percurso pela literatura sobre a nova direita e as transformações ideológicas da direita brasileira (Cf.

Chaloub & Perlatto, 2016; Roeder, 2016; Codato, Berlatto e Bolognesi, 2018), podemos concluir que a nova direita é formada por uma composição heterogênea de formas ideológicas e sociais, sendo parte do fenômeno estudado – enquanto composição do fenômeno *bolsonarista*, apesar de não se confundir totalmente com este.

Nos resta, portanto, adentrar na especificidade do fenômeno e formular a gênese do ‘Cidadão-de-bem’, cuja multiplicidade se expressa através de suas instâncias diversas – em termos de classe, ideologia e valores –, formado através de um processo de cadeias de equivalência entre demandas diversas (Laclau, 2005) de direita, com o propósito de formação de uma nova hegemonia política e ideológica no Brasil – em particular, sendo o ‘Povo’ do bolsonarismo no Brasil.

4 A 'DIREITA SEM VERGONHA' E O CIDADÃO-DE-BEM

Trataremos de analisar brevemente como as demandas da direita envergonhada (Power, 2000), agora naturalizada ao contexto político e social e se articulando “sem vergonha” (Maitino, 2018), foram captadas por determinados estratos sociopolíticos e publicitários e por meio de quais campos semânticos se estruturam seus discursos (Messenberg, 2017), revelando sua natureza ideológica e política – e, por fim, de que forma se dá a formação de seu mecanismo antagônico (Laclau, 2005) específico.

Conforme vimos, após o retorno do pluripartidarismo no Brasil, houve uma constante desassociação dos partidos de direita que se viram obrigados a formar diferentes siglas e adotar diferentes mecanismos e projetos políticos, projetando-se menos à direita do espectro político (Power, 2000), o que fez com que, dada a abertura democrática, uma série de demandas da direita tenha se tornado fragmentária em diversas posições. Essa fragmentação em razão de um contexto cada vez mais diversificado e com a crescente movimentação dos partidos de esquerda – ligados à oposição ditatorial – fez com que se dispersassem uma série de relações ideológicas, morais e econômicas concatenadas, seja para lidar com o estigma do período ditatorial, seja para se adaptarem às novas demandas postas na sociedade.

Num contexto institucional de natureza politicamente dispersiva, que gera percepções de deslegitimação da forma de fazer e formar alianças, a promessa de um candidato aparentemente anti-establishment, abertamente de direita – rompendo, portanto, com o estigma da “direita envergonhada” – e que se propõe a questionar ou tensionar minimamente a correlação de forças, chama a atenção no mercado político. É nesse contexto de crise que Jair Bolsonaro emerge, como solução para o “toma lá dá cá”, para o fortalecimento do Povo e do empresariado, e como apaziguador da justiça brasileira.

4.1 CONFIGURAÇÃO IDEOLÓGICA E A NATUREZA MORALISTA DA ‘NOVA DIREITA’

Entrando na linguagem do dia-a-dia, Messenberg (2017) realizou uma construção de quadros discursivos de manifestantes à direita do espectro político, chegando à conclusão da existência de um núcleo conservador como característica atual da configuração da direita contemporânea brasileira (Messenberg, 2017. P. 629-32) – lócus ideológico central de manifestação do ‘Cidadão-de-bem’. A pesquisa da autora se concentrou no ano de 2015, ápice da onda de protestos contra o governo Dilma e às políticas sociais do Partido dos Trabalhadores (PT).

Assim como Messenberg (2017), Tatagiba et. Al. (2015) identificaram a presença de frames semânticos específicos mobilizados pelos agentes durante os protestos de direita entre 2013 e 2015, com fortes associações entre a luta anticorrupção (o segundo problema mais relevante para os brasileiros segundo levantamento da CNI em 2017²¹) e os governos do PT. Há entre eles um sentimento antipolítico, e a ideia de que “política é sinônimo de corrupção”²². Problemas, como se vê, eminentemente imbuídos de uma conotação moral.

Como a democracia, ou o processo de escolha democrática, é vista pela maioria da população como um momento específico de exercer seu direito de escolha a um representante, outorgando à terceiro legitimação necessária, a sensação de esvaziamento progressivo desse “contato” e dessa mediação gera distorções de ordens representativas (Moraes, 2015), preenchidas por instrumentos e instituições intermediárias (associações, lobbies, grupos religiosos, a família) que realizam a “política do dia-a-dia”. A ênfase no contato alternativo com as massas – propalando o “mito do contato direto” (Molyneaux & Osborne, 2017) – por meio das redes sociais e pelo retorno de um sentimento de “conexão” com o povo, por parte da direita, reverberou em diversas formas de comunicações políticas diferenciadas, mas ricas em capacidades articulatórias²³.

²¹ CNI. Retratos da sociedade, n. 41. 2018

²²Em pesquisa qualitativa com eleitores de Bolsonaro realizado em 24/05/2017, o Instituto Ideia Big Data concluiu que “os depoimentos dos entrevistados refletem um eleitor com impressões negativas sobre o País: inseguro, desconfiado de todo o sistema político (inclusive das urnas eletrônicas) e com sentimento de vergonha em relação à extensão da corrupção.”

²³Nos últimos anos, por exemplo, “[...] a internet se consolidou como espaço de disputa política e plataforma de mobilização” (Silveira, 2015. p. 223) que não pode ser ignorada, principalmente quanto

Um desses grupos intermediários são associações que visam criar consensos políticos, influenciando a esfera pública e modelando as preferências políticas. Moraes (2015) assim define os think tanks, como associações que buscam interferir nos interesses políticos e reformular agendas de intervenção do Estado. Na perspectiva da ‘nova direita’, os think tanks funcionam, enquanto “emissores legitimados pelo meio social receptor” (Messenberg, 2017. P. 626), como catalizadores de opiniões e demandas erguidos por um certo anseio proativo político, que enseja e engaja os diferentes agentes em perseguir objetivos políticos unificando-os sob programas e lemas específicos; “*são também*”, enfatiza Moraes (2015), “*destruidores de reputações – a reputação das pessoas, partidos ou programas, bandeiras*” (Moraes, 2015. p. 241). Rocha (2015), assim como Chaloub & Perlatto (2016), cita como um dos think tanks brasileiros o MBL, protagonista-mor das convocações de protestos da nova direita; Jair Bolsonaro, em entrevista com Alexandre Frota no ano de 2015, chegou a citar o MBL e o movimento Vem Pra Rua como “*aliados do Povo*”.

Buscando a confluência entre os defensores e porta-vozes da ‘nova direita’, além da busca de suas afinidades ideológicas e econômicas – como a defesa do livre mercado, do individualismo e do liberalismo –, Chaloub & Perlatto (2016) identificaram a responsabilização da esquerda pelas mazelas que assolam o país – contribuindo, portanto, na formação do ‘Outro’ corrupto (Laclau, 2005; Moffit, 2016;

a seu aspecto dinâmico na formação de opiniões públicas. Jair Bolsonaro, por exemplo, em entrevista no programa Boa Noite com Alexandre Frota, diz que sua “(...) grande imprensa é o Facebook”. Além disso, Bolsonaro mantém contato com seus seguidores ativamente através das redes sociais – através de lives constantes no Facebook e tuítes diários. Mesmo fragilizado após o atentado na pré-eleição, Bolsonaro gravou vídeos para a sua campanha de dentro do hospital, e manteve o contato com seus seguidores através das redes sociais. Utilizou-se amplamente de meios de comunicação modernos, como o Whastapp, fonte de informação de quase 70% de seus eleitores segundo pesquisa da Folha de São Paulo, alimentando diariamente seus seguidores com centenas de notícias a seu respeito e contra seus adversários políticos. A ênfase das redes sociais como formas alternativas de mediação comunicacional foi extremamente significativa para o bolsonarismo, conforme diz Silva (2017): “*As redes sociais, com destaque para o facebook e whatsapp servem para ampliar ainda mais o aceso a materiais de formação. A baixa qualidade dos materiais e a superficialidade estão diretamente relacionados a uma linguagem específica que busca atingir um público indisposto para a análise e reflexão.*” (p. 176).

Para uma análise mais aprofundada sobre o tema, ver o estudo “Robôs, redes sociais e política no Brasil: estudo sobre interferências ilegítimas no debate público na web, riscos à democracia e processo eleitoral de 2018”, Coord. Marco Aurélio Ruediger. – Rio de Janeiro: FGV, DAPP, 2017.

Muller, 2016) – , e na posição privilegiada diante das análises da realidade²⁴, que gera distorções compreensivas que desembocam em formas irracionais e tendenciosas de análise (Chaloub & Perlatto, 2016, p. 14-16). Como possuem essa perspectiva privilegiada da realidade, abordam constantemente a necessidade de revisão de fatos históricos – como, por exemplo, a inquirição sobre a natureza da ditadura militar e o golpe de 1964. No plano do imediatismo, a própria crença de aproximação com o povo – com o senso comum, com as massas – deriva dessa concepção empirista de homologia entre a direita e a população, criando a falsa impressão de uma representação efetiva.

Concluindo, a análise de Messenberg (2017) desemboca na construção de campos semânticos “*constituídos por certas ideias-força que se apresentam de forma regular e repetitiva no discurso desses agentes sociais*” (p. 625). A conclusão da autora, reproduzida integralmente através da Figura, é da seguinte magnitude:

Figura 2 - Campos semânticos de manifestantes à direita do espectro político.

Campos semânticos		
Antipetismo	Conservadorismo moral	Princípios neoliberais
Ideias-força	Ideias-força	Ideias-força
<i>Impeachment</i> (Fora PT, Fora Dilma, Fora Lula)	Família tradicional	Estado mínimo
Corrupção	Resgate da fé cristã	Eficiência do mercado (privatização)
Crise econômica	Patriotismo	Livre iniciativa (empreendedorismo)
Bolivarianismo	Anticomunismo	Meritocracia
	Combate à criminalidade / aumento da violência	Corte de políticas sociais
	Oposição às cotas raciais	

Fonte: Messenberg, 2017.

²⁴ “A obstinada crença no acesso privilegiado ao real é uma das mais diretas causas da tendência à construção de teorias da conspiração que marcam esses intelectuais. (...) As dinâmicas políticas e sociais são, assim, muitas vezes explicadas através de acordos ocultos internacionais e grandes conjurações despercebidas pela multidão.” Chaloub & Perlatto, 2016, p. 22.

Conforme pode-se inferir dos dados de análise de discurso trazidos pela autora, a responsabilização do PT pelas mais diversas mazelas do país (a crise econômica e moral, desde o desemprego à corrupção, por exemplo) é uma das metonímias mais utilizadas retoricamente para o que viria a ser o principal “inimigo” interno, a principal “elite corrupta” (Laclau, 2005; Muller, 2016) a ser combatida no Brasil atual: os setores ligados ao PT e à esquerda (confluindo esta àquele). Além disso, a forte associação entre conservadorismo e a segurança será, também, uma das características principais do fenômeno bolsonarista, enfatizado em seus discursos ao longo dos anos.

Para além da noção de “inimigo comum”, o que se substancializa aqui é um conteúdo específico para a formulação de uma tática política que não será descartada pelo bolsonarismo: a transmutação do PT à elite corrupta que saqueou e desmoralizou o país. É claro, no entanto, que o PT não será o único foco de ataque discursivo nesse sentido. A própria criação retórica e conspiratória (o Bolivarianismo na América Latina, o “marxismo cultural” no mundo) parece ser, em conformidade com os argumentos apresentados aqui, uma das características de atuação política da direita desenvergonhada, acentuada depois do fenômeno manipulativo das fake news²⁵ de 2016 em diante (Cepêda, 2018).

A associação levantada por diversos autores (Moffit, 2016; Muller, 2016; Molyneux & Osborne, 2017, De Cleen, 2018) entre pós-verdade e o populismo atual não nos parece, assim, tão obscura, se levarmos em consideração que a ênfase populista na “retórica do medo” (Moffit, 2016; Molyneux & Osborne, 2017) manifesta um papel essencial na multiplicação da ignorância, na tendência de resistência ao desconhecido, característica semelhante e que se mescla ao conservadorismo e sua natureza fundamentalista (Messenberg, 2017); como o sentimento propalado pela “retórica do medo” é de natureza expansiva e amorfa, seus indícios podem ser tanto de natureza empírica – estrangeiros, elites corruptas – quanto imaginárias – como a ideologia de gênero e o marxismo cultural.

²⁵ Em estudo realizado pelo Instituto Idea Big Data, cerca de 90% dos eleitores de Bolsonaro, quando expostos a notícias falsas, acreditaram que elas eram verdadeiras. Ver mais em: <https://www.valor.com.br/politica/5965577/estudo-diz-que-90-dos-eleitores-de-bolsonaro-acreditaram-em-fake-news>

As argumentações de Muller (2016) e Moffit (2016) também nos parecem extremamente vitais ao afirmarem que o populismo de direita tem por natureza a formulação de asserções pouco ou nada qualificadas em detrimento da deliberação racional; esse é um aspecto essencial para a análise, especialmente no Brasil, cuja esfera pública fora totalmente exposta às mais obscuras teses e afirmações por parte de agentes ligados ao governo – desde o nazismo ser um projeto político de esquerda até a negação de mudanças climáticas, por exemplo.

Concluindo, um importante aspecto do campo semântico identificado por Messenberg (2017) reside, portanto, na perspectiva eminentemente moralista dos agentes envolvidos com a direita, consoante com nossa definição de conservadorismo enquanto ideologia moral de resistência às transformações sociais modernas e de culto a um passado mítico, buscando sempre a reafirmação de características mediadoras e tradicionais, como a religião e a família, enquanto elementos essenciais da sociedade, bem como em relação à noção essencial de formação do populismo contemporâneo proposta por Muller (2016a), entendido enquanto uma imaginação moralista da política.

O fenômeno emergente da defesa da “Família tradicional brasileira”, conjugada às outras pautas de oposição de casamento para indivíduos do mesmo sexo, ao aborto e à “ideologia de gênero” nas escolas e a confusa defesa da “cura gay” por parte dos setores evangélicos, evidenciam a rememoração e reafirmação desses valores conservadores (Villazon, 2015) e a constante propagação dessas discussões na esfera pública (Madeira & Quadros, 2018), tendo como resultado a constante moralização de temas políticos – como o direito das mulheres ao seu corpo, a segurança da sociedade em relação à posse de armas e o direito civil de minorias sociais.

A defesa da meritocracia – entendida enquanto mecanismo sociopsicológico de naturalização da desigualdade social e legitimadora da hierarquia social, conforme descreve Souza (2017) – e de princípios liberais na economia – Estado mínimo, mercado eficiente e corte nas políticas sociais – também estão presentes na racionalidade da classe média dessa nova direita e dos conservadores, conforme aponta Cavalcante (2015) e Messenberg (2017). Assim, a revolta contra os esquemas de corrupção (o mensalão e o petrolão), a crítica ao “assistencialismo” estatal e os impactos da estagnação e crise econômica na sociedade seriam

explicações e motivos razoáveis para se inferir a aderência da classe média na formação do corpus de apoio bolsonarista. De fato, conforme veremos adiante, há um enorme peso da classe média – descrita em termos econômicos – no perfil eleitoral do ‘Cidadão-de-bem’.

Por fim, a identificação das principais organizações sociais e comunicativas (Tatagiba et al., 2015; Messenberg, 2017) nos protestos políticos recentes de direita aponta para a existência de extensas fragilidades discursivas presentes na construção das demandas, o que nos permite fazer um paralelo com a natureza dúbia e transitiva das demandas populares, sob o processo de equivalência estabelecido entre as múltiplas demandas (Laclau, 2005, p. 86-90); seria como, por assim dizer, tentar falar várias línguas com uma só linguagem, achatando os próprios olhos até que se conceba a noite onde todos os gatos são pardos.

4.2 O CIDADÃO-DE-BEM E SUAS CARACTERÍSTICAS

Em artigo publicado na *Época*²⁶, Netto & Chaguri (2019) definem o “homem médio”, tipo-ideal desenvolvido do eleitor padrão bolsonarista, da seguinte forma:

A inércia de um mundo fechado aos conflitos de classe, gênero, raça e geração, por exemplo, torna seu cotidiano estável e seguro e, desse modo, passível de ser intelectualmente elaborado sem maiores intercorrências. Políticas públicas, como cotas sociais e raciais, intervieram diretamente, e de modo desestabilizador, na inércia da reprodução social do homem médio. Para a manutenção dessa inércia, a limitação da competição é decisiva. Por isso, certa tradição – expressa nos valores privados da ordem familiar e religiosa – permite ao homem médio ressignificar mérito num sentido muito particular, tornando-o sinônimo de esforço em geral no trabalho e merecimento derivado do que ele vê como sua boa conduta moral.

Essa análise está em conformidade com a caricatura social de Esther Solano (2018), feita em entrevista para a *Carta Capital*²⁷, quando diz que os votos de Bolsonaro vêm principalmente de

(...) homens, porque ele tem uma rejeição muito forte entre as mulheres, por causa de seu discurso misógino. Também entre eleitores de classe média e mais escolarizados (...). O maior índice de votos em Bolsonaro é entre pessoas que têm ensino superior completo. São pessoas que já

²⁶ Ver <https://epoca.globo.com/artigo-conservadorismo-liberal-do-homem-medio-23358236>.

²⁷ Ver <https://www.cartacapital.com.br/politica/eleitor-tipico-de-bolsonaro-e-homem-branco-de-classe-media-e-superior-completo/>.

passaram pela universidade e que possuem alta escolarização, mas que decidem votar nele. Então, eu diria que o eleitor típico de Bolsonaro é um homem branco, de classe média, com ensino superior completo e das regiões sul e sudeste do País.

Estes esboços estão de acordo e se espelham com o levantamento feito pelo Data Folha (2018) na véspera do segundo turno das eleições, onde o perfil do eleitor de Bolsonaro, em relação ao total dos votantes, concentra-se entre homens (55%), com relativa estabilidade em termos de idade, com leve diferença positiva entre os mais jovens – 21 a 24 anos (20%); em termos de escolaridade, o candidato se sobressai quanto mais elevada for a mesma, conseguindo maioria em candidatos que passaram pelo Ensino médio (51%) e Ensino superior (55%); a renda é outro fator importante e está em convergência com o índice da escolaridade: quanto maior a renda, maior o apoio ao candidato (de 2 a 5 SM, 54%; de 5 a 10 SM, 63% e mais de 10 SM, 62%). Ganhando em todas regiões – com exceção do nordeste –, a maior ênfase fica no perfil sulista dos votantes (Sudeste 63% e Sul 65%). Após uma campanha ostensiva dos principais líderes de igrejas a favor de Bolsonaro, a adesão chegou a 42%, elencando o setor religioso – os defensores da “família tradicional” – como uma de suas mais poderosas alianças governamentais (DataFolha, 2018).

Michael (2016) argumenta que, nos movimentos populistas de direita, normalmente há a existência de valores e interesses de dois grupos sociais: os escalões médios da hierarquia social (cujo interesse reside, principalmente, na manutenção de privilégios sociais tradicionais) e o que concebe como “elementos estranhos”, e “facções da elite”. De fato, há uma presença efetiva de setores intermediários – em termos econômicos – no perfil eleitoral do bolsonarismo, bem como de uma maior presença de “elites” economicamente mais abastadas.

Segundo pesquisa do Datafolha de Outubro/2018, o desejo de renovação e mudança no poder é o que move 30% dos eleitores de Bolsonaro; em seguida, entra em cena a rejeição ao PT (25%) ; e, logo depois, as defesas do candidato sobre a segurança pública entram em jogo (17%), seguido pela suas posições de defesa da família e dos valores tradicionais (13%). E, segundo pesquisa do IBOPE em 2017, a maior preocupação para 67% dos brasileiros foi a corrupção e, entre os eleitores de Jair Bolsonaro, o quadro não é diferente – uma vez que a corrupção é associada ao PT e ao establishment (a ‘mesmice’).

Os dados empíricos trazidos pela análise eleitoral nos permitem supor, alinhado com as investigações que delineamos até aqui, que o ‘Cidadão-de-bem’, longe de ser um composto sociológico homogêneo, estrutura-se através de múltiplas facetas, interesses e estratos sociais; sendo o ‘Povo’ uma forma de posituação de uma identidade política, este se refere sempre a uma identidade coletiva – daí a origem de sua natureza dúbia e transitiva; o ‘Povo’, na verdade, nunca pode ser definido em termos de unidade e homogeneidade – apesar de se pretender simbolicamente como tal (Muller, 2016).

Por fim, nossa conclusão é que a categoria político-identitária do ‘Cidadão-de-bem’, enquanto ‘Povo’ legítimo e legitimado, é ao mesmo tempo central e multifacetada, se inserindo com relativa facilidade à cenários, tramas e dinâmicas políticas diferentes. Canalizadas por meio da emergência de um líder outsider, anti-establishment e declaradamente de direita, a concatenação dessas demandas – a luta anti-corrupção e contrária à doutrinação ideológica, a defesa da família tradicional brasileira, da segurança pública e do posse civil de armas, etc. – fornece os elementos básicos de composição de uma identidade popular hegemônica. A questão a ser acentuada no caso de nossa análise do populismo, através de Laclau (2005) e mesmo de Muller (2016), é que a categoria de ‘Povo’ é uma das mais importantes, pois se revela como o significante central que estrutura e dá o fundamento necessário à experiência política.

Trataremos de analisar, em seguida, como é formada a fronteira antagônica do ‘Povo’ x o ‘Outro’, sendo entendido enquanto indicador principal nas análises de populismo (Cf. Laclau, 2005; Mudde & Kaltwasser, 2013; Moffit, 2016; Muller, 2016; Michaels, 2016) e como forma de criação e preenchimento da identidade política (Laclau, 2005), através da exploração de falas, discursos, do programa de governo e das características do bolsonarismo, identificando suas principais dinâmicas discursivas e ideológicas.

5 O DISCURSO BOLSONARISTA

Codato, Berlatto e Bolognesi (2018) ao realizarem uma taxonomia dos representantes das direitas (entre tradicional, nova, populista, neoliberal e libertária), enquadram Jair Bolsonaro na categoria de político representante da direita populista, enquanto um

Político indiferente a partidos, defende uma plataforma regressiva em termos de direitos humanos e direitos das minorias, usa o anticomunismo e a celebração das práticas e das políticas do regime ditatorial-militar como plataforma principal. Estatista e nacionalista, não possui uma doutrina econômica elaborada e definida. Em termos de valores e costumes, aproxima-se do representante típico da nova direita popular, mas, politicamente, é muito semelhante ao que nas democracias europeias se denomina de “direita populista”. (...) tem origem na classe média, de perfil ultraconservador (...) abraçou o liberalismo econômico (como estratégia de diferenciação da esquerda e de aproximação da direita neoliberal) e, ao mesmo tempo, um discurso moral próximo dos evangélicos (como estratégia de aproximação à direita popular). (p. 889).

Essa análise é um reflexo límpido das defesas propostas por Bolsonaro, ao prometer "*unir o Povo*", valorizar "*a família tradicional*"²⁸, respeitar "*as tradições e valores brasileiros*" e, claro, combater o que concebe como "*ideologia de gênero*", propondo um Brasil "*livre das amarras ideológicas*"²⁹. Anunciando sua vitória como

[...] o dia que o povo se libertou do socialismo, da inversão de valores, do gigantismo estatal e do politicamente correto; [...] conseguimos formar um governo sem conchavos políticos; [...] não podemos deixar que ideologias nefastas venham a dividir os brasileiros, ideologias que destroem nossos valores e tradições; destroem nossa família, alicerces da sociedade; [...] podemos reestabelecer padrões éticos e morais que transformarão nosso Brasil³⁰.

Em discurso no Fórum Econômico Mundial de 2019, a característica de distinção fica, também, evidente, ao afirmar que "*(...) vamos resgatar nossos valores e abrir nossa economia. Vamos defender a família e os verdadeiros direitos humanos; proteger o direito à vida e à propriedade privada [...]*".

²⁸ Em seu plano de governo, chega a ser afirmado que "*[...] nos últimos 30 anos o marxismo cultural e suas derivações como o gramscismo, se uniu às oligarquias corruptas para minar os valores da Nação e da família brasileira*".

²⁹ Discurso de posse no Congresso Nacional.

³⁰ Discurso de Posse no Palácio do Planalto. Íntegra em: <https://youtu.be/TLShKhwd4XA> e https://www.huffpostbrasil.com/2019/01/01/posse-de-bolsonaro-leia-a-integra-do-discurso-do-novo-presidente-no-planalto_a_23631426/

Em seu site oficial, o presidenciável se define por possuir “*posições em defesa da família, da soberania nacional, do direito à propriedade e dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa*”. Em seus mandatos parlamentares,

[...] destacou-se pela defesa dos direitos dos militares ativos, inativos e pensionistas, lutou contra a erotização infantil nas escolas e por um maior rigor disciplinar nas instituições de ensino, pela redução da maioria penal, pela posse de arma de fogo para o cidadão de bem e direito à legítima defesa, pela segurança jurídica na atuação policial, pelos valores cristãos e pela família tradicional.³¹

Seu programa de governo inicia com as promessas de propor

(...) um governo decente, diferente de tudo aquilo que nos jogou em uma crise ética, moral e fiscal. Um governo sem toma lá-dá-cá, sem acordos espúrios. Um governo formado por pessoas que tenham compromisso com o Brasil e com os brasileiros. Que atenda aos anseios dos cidadãos e trabalhe pelo que realmente faz a diferença na vida de todos.

Para Bolsonaro, sua nova política surge como forma de reverter “(...) o quadro atual (...) visto como o resultado da forma perniciosa e corrupta de se fazer política nas últimas décadas, caracterizada pelo loteamento do Estado, o popular “toma lá-dá-cá”.”

Jair Bolsonaro não participou de nenhum debate público e, mesmo assim, se saiu vitorioso com mais de 55% dos votos válidos; apesar de seu natural desconhecimento de verbetes e categorias básicas de economia e política, triunfou subitamente sobre o sistema, como um *deus ex machina* tupiniquim. A resposta para esse enigma eleitoral, tendo em mente o considerável descrédito por que passam as instituições políticas brasileiras, pode ser analisada tendo em vista que soluções e resoluções das problemáticas (políticas, econômicas e sociais) são postas, para o populista de direita, como fatores “óbvios”, cuja trivialidade se apresenta para o ‘Cidadão-de-bem’ como evidente: como trata-se de uma clarividência emblemática, o destaque é feito através da exaltação de elementos simples e superficiais – bastaria “acabar com a corrupção” e “ajeitar isso aí”. Como sustenta Muller (2016), a prática consiste em dar

[...] emphasis on a singular common good that is clearly comprehensible to common sense and capable of being articulated as a singularly correct policy [...]. What needs to be done is obvious; no debate about values or weighing of empirical evidence is required. (Ibid, p. 23)

Nesses discursos, o que explica e caracteriza a injustiça no Brasil é transversalidade e indissociabilidade entre segurança, anti-ideologia e, sobretudo, a

³¹ Site oficial. Disponível em: www.jairbolsonaro.com.br.

questão moral; o establishment – seja ele político, social, midiático³² ou econômico – é visto como antípoda dessa moralidade, como “corrupto” e ineficiente para expressar as verdades do Povo – verdades eminentemente morais –, o que se explica pelo fato dos políticos populistas de direita alegarem desprezo sob essas ordens políticas estabelecidas como maneira de diferenciação. O populista de direita faz uso do campo moral como forma de legitimação de princípios abstratos do Povo substancial, o que justifica o fato desses políticos *anti-establishment* (neste caso, Bolsonaro) parecerem *anti-políticos*, com discursos rasos e apelativos (Moffit, 2016, p. 40).

A construção de uma “nova legitimidade” predispõe a utilização de mecanismos, dispositivos e repertórios político-discursivos que enfatizam a força ou o caráter da anti-institucionalidade como principal meio de distinção e rejeição ao status quo generalizado – dominado pela corrupção, pela imoralidade e desigualdade. A trajetória de hostilidade oposicionista, construída durante os governos FHC, Lula e Dilma³³, e o fato de ser um político abertamente de direita – contrariando, portanto, a conjectura das “direitas envergonhadas” – contribui para a sua caracterização enquanto um político antissistema, alguém fora dos acordos políticos tradicionais, ainda que possua décadas de mandatos como político (Nascimento et. Al., 2018).

Bolsonaro se insere enquanto um elemento ‘novo’ na política, principalmente, por sua caracterização enquanto alguém “limpo”, fora dos conchavos políticos e enquanto opositor dos últimos partidos no poder. Conforme deixa claro em programa de entrevista aos presidenciáveis na Rede Globo:

(...) a minha família é limpa na política. Sempre integrei o baixo clero em Brasília. (...) nunca recebi dinheiro de empresa nenhuma para campanha. (...) Nos últimos 20 anos dois partidos mergulharam o Brasil na mais profunda crise ética, moral e econômica. Vamos juntos mudar esse ciclo, mas para tanto, precisamos eleger um presidente da república honesto, que tenha deus no coração, patriota, que respeite a família, que trate com

³² Em entrevista ao Globo Repórter no ar em 21/05/2017, intitulado “O fenômeno Bolsonaro”, este diz que “(...) Grande parte da mídia é de esquerda (...). Eu costumo dizer: vão bater tanto em mim, parte da mídia, que vão me eleger.”

³³ “Não suportaremos mais um ciclo de PT e PSDB”, afirmou, em comitiva do PSL. “Imagine, com todo o respeito, eu saindo fora? Alguém pode até ter argumento, mas a gente vai ficar com quem? Vamos em frente. Essa é uma missão de Deus para cada um de nós e juntos nós podemos vencer nosso inimigo”. Fonte: <https://www.correiadoestado.com.br/politica/bolsonaro-diz-que-essa-e-ultima-chance-de-mudar-o-brasil-e-cita-missao/334295/>

consideração as crianças a sala de aula, que jogue pesado no tocante à insegurança (...), **que una o nosso povo** (...) para buscarmos o bem comum.

Em sessão solene para o Congresso Nacional, seu discurso de posse é claro ao afirmar que libertará o Brasil “(...) *do julgo da corrupção, da criminalidade, da irresponsabilidade econômica e da submissão ideológica*”. Promete, ainda, “(...) *unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores*”. Assim,

O Brasil voltará a ser um país livre das amarras ideológicas. (...) minha campanha eleitoral atendeu os chamados das ruas e forjou um compromisso de colocar o Brasil acima de tudo, e Deus acima de todos. (...) uma campanha eleitoral transformou-se em um movimento cívico, cobriu-se de verde e amarelo, tornou-se espontâneo, forte e indestrutível.

O que se enxerga aqui, *ipsis literis*, é a façanha populista de hipostasiar todas as múltiplas demandas da direita sob uma unificação simbólica homogênea, tendo por base o conservadorismo e o moralismo enquanto baliza para a medição dos problemas sociais e políticos.

Nos resta, por fim, categorizar a fronteira antagônica específica do populismo bolsonarista, enquanto dispositivo sumário da lógica populista.

5.1 A fronteira antagônica e seu conteúdo político

Uma análise discursiva das falas de Bolsonaro, em entrevistas importantes dadas a partir de 2015 e em redes sociais, especialmente a partir de suas *lives* no Facebook – seu “contato direto” com o Povo – e pronunciamentos oficiais, nos permite formular, à semelhança dos frames interpretativos elaborado por Messenberg (2017), alguns temas centrais que se aglomeram sob a retórica discursiva do presidente. Elas, coincidentemente, fazem jus à tipologia estabelecida pela autora a partir dos discursos de manifestantes e comunicadores de direita, principalmente quanto à temática antipetista, o discurso anticorrupção e a defesa pró-família.

Ainda, segundo Romano (2018),

Quatro aspectos se destacam [nos discursos de Bolsonaro]: a difusão repetida de imagens do apoio que recebia em aeroportos do país a fim de forjar um “mito”, o tom emocional e direto sobre qualidades (não ser investigado) e fraquezas (não ter experiência), um descrédito nas

instituições a fim de defender a volta da ordem e as críticas ao sistema partidário, centradas num discurso antipetista.

Como a política é, na ótica laclauiana, inerentemente uma prática antagônica, o confronto permanente na construção de identidades e hegemonias se trata de uma característica natural do fazer político (Mouffe, 2005). Assim, a tentativa de construção de uma identidade positiva ligada ao bolsonarismo – o polo do “Nós”, do Povo – é indissociável da constituição de seu contrário, seu antagônico – o “Outro”, “Eles”.

Os conjuntos discursivos, identificados como categorias de análise condensadas em demandas concretas, ligam-se – conforme vimos – através de cadeias de equivalência, reunindo entre si características ou frames semelhantes de ação e interpretação, buscando contraporem-se ao ‘Outro’, à realidade posta, almejando a construção de uma nova hegemonia.

Uma construção do campo antagônico do populismo bolsonarista pode ser definida, minimamente, a partir do quadro abaixo, elaborado a partir de fontes primárias – entrevistas e discursos:

Figura 3 - Composição e elementos da fronteira antagônica bolsonarista.

NÓS (Cidadão-de-bem) 'Boa moralidade'	ELES (Outro: esquerdistas, vagabundos, establishment) Corruptos e imorais
Meritocracia (isonomia social)	Cotas raciais ³⁴ , ações afirmativas
Família Tradicional Brasileira (Núcleo normativo estabelecido por Homem, Mulher e Filhos)	Outras formas de composição familiar; homossexuais.

³⁴ Em entrevista à TV Cidade Verde no dia 23/10/2018, Bolsonaro diz que “(...) tudo é coitadismo. Coitado do negro, coitado da mulher, coitado do gay, coitado do nordestino. (...) a política de cotas ‘tá’ toda equivocada. (...) isso tudo é uma maneira de dividir a sociedade. (...) Somos um só povo. (...) e quem se empenhar, se dedicar pelo mérito, com certeza terá uma vida mais tranquila.”

Livre iniciativa (empreendedorismo) Liberdade econômica	Gigantismo Estatal (assistencialismo) “Estatismo”
Escola sem partido	Ideologização; estimulação da sexualidade precoce (<i>kit gay</i>); professores doutrinadores. ³⁵
Politicamente Incorreto	Politicamente correto e o “mimimi”, o “establishment”.
Liberalismo	Socialismo – “dirigismo” (intervencionismo econômico)
Agronegócio	Indígenas e a “indústria da demarcação de terras”; MST (“o braço armado do PT”) ³⁶
Defensores da segurança pública	Defensores dos “direitos humanos” e de bandidos ³⁷ , vagabundos, invasores.
Democracia	Ditadura (Cuba, Venezuela e Coreia do Norte) ³⁸
Nova Política (isonomia, tecnicidade, anti-ideologia)	Velha Política (“toma lá dá cá”, conchavos, corrupção)

Fonte: Elaboração própria.

³⁵ “(...) muitos pais dizem até que, tendo em vista o que acontece no ensino brasileiro, ele ficaria mais tranquilo da criança em casa estudando do que na escola”. Live do dia 11/04, Facebook. Em entrevista dos Presidenciais na Rede Globo, afirma que “(...) ganhei o rótulo, por muito tempo, de homofóbico. Na verdade, eu fui contra a um kit feito pelo então ministro da Educação, Haddad, em 2009 para 2010, onde chegaria nas escolas um conjunto de livros, cartazes e filmes onde passariam crianças se acariciando e meninos se beijando.”

³⁶ Em entrevista à TV Cidade Verde no dia 23/10/2018, Bolsonaro diz que “Eu tenho um bom relacionamento com a bancada do agronegócio em Brasília. (...) O que eles [o agronegócio] pedem (...) é uma segurança jurídica para sua terra. Você não pode acordar hoje e, de repente, tomar conhecimento no jornal, de que sua terra será demarcada como Terra indígena. (...) eles não querem mais viver com o fantasma da ‘indústria da multa’.” E, se depender dele, “(...) as ações do MST serão tipificadas como terrorismo. (...) [O MST] não pode continuar levando terror ao campo e ficar imune em nome do movimento social.”

³⁷ “O PT gosta do “Estado na mão”, sempre aquele mais do que viés autoritário. (...) ofereceram um desarmamento criminoso, de modo que só o bandido, o criminoso, poderia ter armas.” Live do dia 23/05 no Facebook.

³⁸ “(...) no PT os caras são socialistas, comunistas, estatizantes. Eles gostam de pobre, quanto mais pobre tiver melhor.” Live do dia 30/05 no Facebook. “(...) o que não podemos é continuar nessa social-democracia aqui no Brasil.” Entrevista no Roda viva, julho de 2018.

Uma breve análise do quadro anterior nos permite levantar algumas questões. Conforme elaborado anteriormente, enquanto o 'Nós' constrói-se e, portanto, é mapeado através de demandas, a construção do 'Outro' opera somente através da contraposição dessa equivalência – o que ofusca ou oculta a natureza última do 'Outro', seja ele os Esquerdistas, os Vagabundos ou mesmo Imigrantes. O campo do 'Outro', portanto, tem por limite sua própria constituição enquanto um significante vazio e feito à imagem oposta, *ex negativo*, do 'Nós'; 'Eles', os 'Inimigos', se desdobram em uma miríade de significantes ligados à imoralidade (como os homossexuais, os militantes universitários, os defensores do aborto), corrupção (os partidos de esquerda e a 'velha política') e violência (o MST, os bandidos e vagabundos).

Outra coisa é facilmente deduzível: o polo do 'Nós' é essencialmente ligado à questão da moralidade e da segurança, enquanto o 'Outro' é associado à imoralidade – à corrupção, à balbúrdia – e à violência – os vagabundos, o MST. Enquanto o processo de equivalência borra as dimensões ou os limites das demandas isoladas, as questões morais e de segurança conectam-se de tal forma umas com as outras que se torna um imperativo resolver os problemas reduzindo-os ao máximo a uma problemática de natureza comum – nominalmente, a moral (Mouffe, 2005). É, portanto, no âmbito ou na dimensão da moral que os problemas políticos devem ser debatidos e resolvidos, solucionados.

A constante moralização da política já fora posta em perspectiva por Mouffe (2005) quando esta trabalha a transição para e a natureza de modelos “pós-políticos” que buscam romper com o modelo adversarial – antagônico; para a autora, existe

(...) a direct link between the weakening of the political frontier characteristics of the adversarial model and the 'moralization' of politics. (...) instead of being constructed in political terms, the 'we' / 'they' opposition constitutive of politics is now constructed according to moral categories of 'good' versus 'evil'. (...) politics is being played out in the moral register. (Ibid, p. 75)

E, nesses casos,

When politics is played out in the register of morality, antagonisms cannot take an agonistic form. Ineed, when opponents are defined not in political but in moral terms, they cannot be envisaged as an 'adversary', but only as an 'enemy'. (...) This is why, as we have seen in the case of right-wing populism, moral condemnation replaces a proper political analysis and the

answer is limited to the building of a 'cordon sanitaire' to quarantine the affected sectors. (Ibid, p. 76)

Assim, a formação das relações políticas antagônicas do populismo bolsonarista adquire propriedades moralizantes do político como forma de descentralizar os debates e as questões políticas e socialmente relevantes para o âmbito moral, com este funcionando como campo e ponto modal principal na hora de articular discussões políticas, sociais e formular agendas governamentais. Essa prática articulatória gira em torno das questões morais, inclinando quaisquer temáticas para esse âmbito como forma de desmoralização do 'Outro'.

Esse discurso populista de direita associa segurança e moralidade buscando dar um passo além do modelo adversarial (Mouffe, 2005) também sobrevive em conexão com o 'Povo' através das cadeias de equivalência que funde demandas heterogêneas de grupos específicos ligados às direitas, permitindo uma maior atratividade ao "Nós" dada sua amplitude ideológica e social. Os 'Cidadãos-de-bem' se tornam agora atores políticos, antes uma "maioria silenciosa" e esquecida, essenciais na reconfiguração das relações sociais, até então enfraquecidas e debilitadas pelo 'Outro' imoral, defendendo os interesses da propriedade, da família tradicional, dos valores cristãos e evangélicos conservadores, do ensino ideologicamente neutro e da redução da maioria penal – enquanto forma de combate à violência e a ideologização promovidas pelo 'Outro'.

Com a adaptação e a maleabilidade da cadeia de equivalência, também existe a ampliação do 'Nós' para os 'liberais' que defendem a livre iniciativa e criticam o assistencialismo de Estado, bem como para os proprietários rurais e a indústria do agronegócio, que almejam um menor controle, por parte do Estado, das Terras Indígenas, uma menor interferência das "indústrias da multa" (como o Ibama) e uma maior segurança em suas propriedades (através da defesa do porte de armas). Por fim, o discurso também traz um apelo aos jovens da classe média através da exaltação da meritocracia, pela ideia do horizontalismo social existente na ideologia da direita.

Uma célebre fraseologia marxista diz que a história se repete "primeiro como tragédia, depois como farsa"; me parece também verdadeira, no entanto, a frase atribuída à Mark Twain, onde "a história não se repete, mas rima com frequência". É

facilmente identificável nos discursos do bolsonarismo a reconstrução de um passado mítico, anti-ideológico e não corrupto, representado pelo sistema ditatorial brasileiro³⁹. Esse passado ideal e glorificado é sintetizado por sua defesa na ordem e progresso, bem como facilita sua conexão com a ‘velha direita’, da qual se intitula como fiel representante.

Por fim, identificada e analisada a fronteira estabelecida entre ‘Nós’ e ‘Eles’ e seu processo de constituição específico, podemos entender que a conexão estabelecida entre as formas discursivas e a consolidação de uma identidade política, com o pretexto de formação – consciente ou não do processo – de uma nova hegemonia político-ideológica, através da lógica populista, implica a reestruturação de uma pluralidade de demandas e anseios sociais dispersos e sua redução simbólica, gerando unidade e identidade – ainda que dispersa e transitiva. Dessa forma, a consolidação do processo representativo, através da lógica populista, é o que permite o populismo laclauiano arrogar-se de ter compreendido a constituição onto-política do “povo”, e assim exemplificar como pode operar a formação identitária dentro de processos políticos mais amplos.

5.2 O que é, enfim, a ‘nova política’?

À primeira vista, a ‘nova política’ parece ser uma noção abstrata e disruptiva de um novo fazer político; além do caráter moralista (Mouffe, 2005), baseado numa imaginação moralista da política (Muller, 2016) que delineamos anteriormente, é na feição anti-institucional dessa concepção política “anti-ideológica” (sic) que se fundamentam suas promessas básicas:

a) negação dos conchavos políticos (o “toma lá dá cá”) e do presidencialismo de coalizão – que reflete nas dificuldades de negociação entre o executivo e o legislativo, principalmente quanto às propostas políticas fundamentais

³⁹ Segundo Mudde & Kaltwasser (2018), partidos e líderes populistas geralmente vem apelando a uma ideia de “privação nostálgica” (p. 1676), e derivam daí o resgate a uma versão do *passado* “(...) *that celebrates an uncomplicated and nonpolitical territory of imagination from which populists draw their own vision of their unified and ordinary constituency*”. (p. 1676)

e da dificuldade de aplicação da plataforma de reformas com a qual o governo se comprometeu⁴⁰;

b) hipostasiamento de elementos tradicionais contra tendências ideológicas de esquerda na política – tanto na política interna quanto na externa;

c) ênfase em formas alternativas de contato com a população – o estímulo do “mito do contato direto” e exploração de mecanismos diferenciais de conexão com a população, como a ênfase em redes sociais e alternativas midiáticas em contraposição às formas tradicionais ligadas às mídias televisivas e jornalescas – vistas como parte do establishment e dominadas por esquerdistas⁴¹;

d) intensificação das semelhanças e menor permutação ideológica dentro do governo como forma de sustentar rigidez de princípios;

e) fortalecimento de instituições intermediárias – como a família, a religião católica, a comunidade – como forma de resgatar formas associativas destruídas pela ideologia de esquerda – corrupta, estatizante, desarticuladora, relativista;

f) ênfase na retórica outsider e anti-establishment⁴² como forma de diferenciação político-ideológica e, acima de tudo, moral.

Sendo a ‘nova política’ uma das dimensões da fronteira antagônica, esta se consolida como um dos nós centrais sob o qual se articulam as diferentes dimensões do fazer político bolsonarista, seja sob sua insígnia moralista – característica dos populismos de direita atuais, como defende Mouffe (2005) – ou pela sua característica anti-establishment, também comum às diversas manifestações do fenômeno populista.

A pergunta: o que é a ‘nova política’? Nos parece, portanto, aberta, como resultado de sua natureza aparentemente vazia. Se compreendida enquanto um

⁴⁰ Abranches (2019) diz que “(...) os *populistas de direita, protagonistas da mais recente onda política, fazem ofertas muito atraentes e prometem o irrealizável. Quando chegam ao governo, não conseguem realizar o ressurgimento que prometem.*”

⁴¹ A suspeição de órgãos públicos de pesquisa em relação a sua metodologia, por exemplo, insere-se diretamente nessa problemática. Em live do dia 06/06/19, Bolsonaro diz aposta na mediação pelo Facebook para acabar com a “indústria da multa” dos radares (sic). Diz ele: “*Se você gosta de pagar multa, né, ainda mais nesse padrão escondido, bota lá que é a favor do radar móvel. Se tu é contrário, vota o contrário. Vai servir inclusive, né, pra decidir se teremos ou não radares móveis no Brasil. No meu voto, eu vou votar para acabar com o radar móvel (...)*”

⁴² “*O establishment quer o de sempre porque não sente as consequências de suas ambições. Nós vamos mudar o Brasil porque não fazemos parte do establishment!*” Twitter (<https://twitter.com/jairbolsonaro>), 15:07, 11/05/2019

slogan de marketing político populista, deduz-se que tratar-se-ia de um “novo modo de governar” e mesmo de uma imaginação moralista da política que, além de enfatizar a moral como fundamento da crítica política e o desprezo pelo establishment, levaria em consideração o verdadeiro desejo do ‘Povo’ para governar. Ao desconsiderar o papel dos partidos políticos como formas legítimas de mediação social, a “nova política” aposta em formas modernas e atípicas de mediação política, como forma de estimular o “mito do contato direto” (Molyneaux & Osborne, 2017). O fracasso ou sucesso dessa prática populista ainda será posta em perspectiva, à medida que o tempo avance.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa monografia, buscamos na literatura histórica e recente uma definição analítica de populismo, tendo por desafio analisar o fenômeno bolsonarista através desse frame teórico, identificando os principais mecanismos e elementos constitutivos do fenômeno. Para tanto, fez-se necessário mapear as semânticas conceituais do populismo, recorrendo-se aos autores referenciais que o descrevem atualmente e buscando, na medida do possível, desvencilhá-lo de outras concepções passadas.

Conforme vimos, o populismo, sendo nosso conceito sistemático e central para a análise do fenômeno bolsonarista, adquire uma concepção rígida e viciosa em muitas tradições de pensamento; entendemos que o fenômeno atual não se consolida – e nem pode fazê-lo – enquanto um modelo de governo/Estado ou uma ideologia sólida, chegando à elucidação das duas condições *sine qua non* do populismo: a formação de demandas populares sob uma cadeia de equivalência e a consolidação simbólica de uma irrupção interna e antagônica no tecido sócio-político –, isto é, a formação de um campo antagônico (o ‘Nós’ contra ‘Eles’) e de uma identidade política que se propõe hegemônica. Nesse sentido, tanto as observações de Laclau (2005) quanto de Muller (2016) e Mouffe (2005) – sobre a natureza da imaginação moralista da política – nos possibilitaram o enquadramento do fenômeno bolsonarista nessa categoria de populismo.

De início, principalmente no segundo e terceiro capítulos, foi necessário um esforço teórico de recomposição das formas políticas da direita brasileira, através da demonstração de uma nova articulação de demandas e composições ideológicas, através de ideias da própria população envolvida no fenômeno e de seus comunicadores a respeito de temas morais, políticos e ideológicos. Tratou-se, enfim, de uma breve análise dos grupos de pressão existentes e em formação, dos tentáculos e formas capilares de desenvolvimento dessas formas ideológicas que se fazem presentes na realidade da política brasileira contemporânea.

Por meio do tensionamento e da exploração do desenvolvimento da “direita envergonhada” e de suas transformações, demonstramos o surgimento de uma “nova direita” que abraçaram concepções ideológicas explicitamente conservadoras e direitistas. Mais recentemente, setores descontentes da sociedade, vislumbrando

espaços de atuação política, passaram a se revelar paulatinamente menos "envergonhados", articulando uma reação conservadora, que se consolidou no fenômeno bolsonarista através da liderança atípica e desenvergonhada (Maitino, 2018) de Bolsonaro, que conseguiu sustentar uma defesa ambígua tanto da velha quanto da nova direita. Demonstrou-se que movimentos sociais diversos, corpus de intelectuais, comunicadores sociais e formadores de opinião, principalmente através da internet (Silva, 2015; Silveira, 2017), serviram de protagonistas nesse fenômeno, com base em novas bandeiras como o antipetismo, a defesa dos valores tradicionais e o moralismo político (Cf. Chaloub & Perlatto, 2016; Messenberg, 2017). O vácuo representativo da direita (Madeira & Quadros, 2018), junto da existência do fenômeno da direita envergonhada (Power, 2000), pôde ser preenchido por atores políticos conservadores de diversos setores da sociedade, que estariam operando em um estágio mais avançado de instrumentalização política, articulando-se sem vergonha (Maitino, 2018). Assim, demandas reprimidas de uma "direita desenvergonhada" se substancializaram por meio de uma cadeia de equivalências sob a identidade de Povo, através do tipo-ideal do "Cidadão-de-bem".

Tentamos delinear, também, sumariamente as causas mais "profundas" do fenômeno que, a nosso ver, encontra resposta nos problemas derivados da crise da representatividade política (Laclau, 2005; Mudde & Kaltwasser, 2018) pelo qual passam as democracias modernas. Vacano (2019) vê o sucesso do populismo contemporâneo enquanto um processo confuso, que a ciência política falhou em prever – e até mesmo ajudou a construir. A *mea culpa* da ciência política, enquanto disciplina científica que nos últimos anos falhou em apresentar diferentes perspectivas políticas – tendo naturalizado, como afirma Abromeit (2017), o modelo democrático liberal enquanto forma única de representatividade –, nunca foi feita. O modelo dominante democrático liberal se tornou um sistema normativo de regras políticas naturalizadas nos textos, manuais e verbetes políticos, modelo este que esconde processos representativos disfuncionais.

Assim, falamos sobre problemas ao longo de toda monografia. Mas qual será a solução? É possível uma reinstitucionalização, à nível de cultura política, dos partidos políticos enquanto verdadeiros mediadores políticos? Como realizar isso num modelo governamental cuja baliza é realizada através do presidencialismo de coalizão? Isso nos traz deixas para que repensemos nosso sistema político

representativo como um todo – no limite, questionar nossa frágil democracia e o que ela nos promete, uma revisão de suas falsas promessas (Bobbio, 1986). O Populismo pode ser visto e entendido enquanto um sintoma, mas certamente não é o problema principal.

Para além dessas problemáticas, o fenômeno nos exemplifica e demonstra a força que adquirem formas diferentes de reivindicação política; quando nos propomos a compreender formas de articulação políticas atípicas, devemos ter em mente que as formas de reivindicação políticas não obedecem a uma racionalidade discursiva ou política a priori, mas que essas formas ainda assim são capazes de formular demandas e articular vontades populares – e que, portanto, também são políticas. A dificuldade em levar a sério essas formas de manifestação – apesar de sua força inquestionável e arrebatadora – reside na resistência de reconhecer estágios figurativos que se constroem para além desse campo imediato da política e da racionalidade, o que nos remete à raiz da problemática populista: não como eminentemente uma deformação da democracia (Muller, 2016) ou de uma solução iliberal (Mudde, 2010), mas sim como uma forma de articulação discursiva que envolve aspectos performáticos (Moffit, 2016), que permite ir além da “lógica” que a retórica logocêntrica proporciona; como Laclau (2005) afirma, as formas retóricas, diferentemente de serem meros resíduos da ideologia ou das formações discursivas racionais, fundamentam a própria experiência da atividade social.

Tivemos que – por assim dizer – “*jogar fora a escada depois de ter subido por ela*” (Wittgenstein, 1968) e compreender que a natureza política do populismo é sua capacidade de não negar ou rejeitar o a-político, ou mesmo o antipolítico, mas incorporá-lo como forma legítima de representação ou de imaginação política (Muller, 2016).

O estudo de novas abordagens e o desenvolvimento de consensos teóricos é, portanto, necessário e fundamental para se dar conta da natureza política do populismo, seja evidenciando seu caráter ontológico na formação de identidades e demonstrando suas representações ônticas (Laclau, 2005), seja através de sua análise em diferentes formas ideológicas, explorando suas características e propriedades inclusivas ou exclusivas (Mudde & Kaltwasser, 2013) ou, ainda, investigando o papel que a performance e o estilo político (Moffit, 2016; Vacano, 2019) desempenham em sua atividade prática. O esforço para compreender as

razões dos sucessos ou fracassos de líderes e governos populistas de direita – à nível de cultura política e institucional – devem ser, ao nosso ver, trabalhadas comparativamente, a fim de entendermos as semelhanças e diferenças eleitorais, governamentais e discursivas entre esses líderes e partidos (como Trump, Bolsonaro, Orbán e Erdoğan), de forma que se estabeleçam correlações possíveis entre as práticas desses governos e evidenciando suas diferenças específicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. In *Dados – Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: IUPERJ, Vol.1, 1988.

ABROMEIT, John. A critical review of recent literature on populism. *Politics and Governance*, 5(4), 177–186. 2017

ALMEIDA, Ronaldo de. A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 50, e175001, 2017.

BABIRESKI, Flávia Roberta. “Pequenos partidos de direita no Brasil: uma análise dos seus posicionamentos políticos”. Newsletter. *Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil*, 3(6), pp. 1-16. 2016.

BAQUERO, Marcelo. Populismo e neopopulismo na América Latina: o seu legado nos partidos e na cultura política. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, p.181-192, 2010.

BOLOGNESI, Bruno; CODATO, Adriano; ROEDER, Karolina Mattos. “A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador”. In S. V. e Cruz, A. Kaysel e G. Cudas (eds.), *Direita, Volver! O Retorno da Direita e o Ciclo Político Brasileiro*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, pp. 115-143. 2015.

BOTELHO, A.; FERREIRA, G. N. Revendo o pensamento conservador. In: _____. (Org.). *Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 2010. p.11-22.

BRAZ, Marcelo. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 128, p. 85-103, abr. 2017.

BRUGNAGO, Fabrício; CHAIA, Vera. A nova polarização política nas eleições de 2014: radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo do Facebook. *Aurora: revista de arte, mídia e política*, São Paulo, v.7, n.21, p. 99-129, out. 2014 - jan. 2015.

CAMPOS-HERRERA, Germán & DE REGUERO, Sebastián Umpierrez. Populism in Latin America: Past, Present, and Future. *Latin American Politics and Society*, 61(1), 148-159. 2019

CASTAÑEDA, Jorge G. Latin America's Left Turn. *Foreign Affairs* Vol. 85, No. 3. May – Jun., 2006, pp. 28-43

CASTELLS, Manuel. "Ruptura – a crise da democracia liberal". Rio de Janeiro, RJ. Zahar, 2018.

CEPÊDA, Vera. "A Nova Direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais". *Mediações*, v. 23, nº 2. 2018.

CHALOUB, Jorge. & PERLATTO, Fernando. *A Nova Direita Brasileira: Ideias, Retórica e Prática Política*. Insight Inteligência N 72; Ano XIX; Janeiro/Fevereiro/Março, 2016.

CODATO, Adriano; BERLATO, Fábria; BOLOGNESI, Bruno. "Tipologia dos políticos de direita no Brasil: uma classificação empírica" *Análise Social*, LIII (4º), 2018 (nº 229), pp. 870-897. Lisboa, PT.

DE CLEEN, Benjamin. Populism, Exclusion, Post-truth. Some Conceptual Caveats. *Int J Health Policy Manag* 2018, 7(3), 268–271. 2017.

DIAP - Novo Congresso Nacional em Números – 2019-2023.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. O projeto desenvolvimentista no Brasil: histórico e desafios da atualidade. *CADERNOS do DESENVOLVIMENTO*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 19, pp.117-128, jul.-dez. 2016

GREVEN, Thomas. "The Rise of Right-Wing Populism in Europe and the United States – A Comparative Perspective". Friedrich Ebert Stiftung, 2016, 1-9.

IANNI, Octávio. *A formação do Estado populista na América Latina*. 2ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1991.

JUDIS, John. B. *The populist explosion: How the great recession transformed American and European Politics*. New York, NY: Columbia Global Reports, 2016

KALIL, Isabela Oliveira (coord.). *Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro*. Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Outubro de 2018.

KALTWASSER, Cristóbal Rovira. *La derecha em America Latina y su lucha contra la adversidade*. *Nueva Sociedade*, n. 254, p. 34-45, 2014.

_____. *Populism in Latin America and Beyond: Concept, Causes and Consequences*. In: Golder, Matt and Sona Golder (eds.). "Symposium: Populism in Comparative Perspective." CP: Newsletter of the

Comparative Politics Organized Section of the American Political Science Association 26(2), p. 72-76. 2016.

LACLAU, Ernesto. *On Populist reason*. London, UK. Verso, 2005.

LEVITSKY, Steven.; ROBERTS, Kenneth. M. Latin america's "Left Turn": A Framework for Analysis. in: *The Resurgence of the Latin American Left*. Baltimore: John Hopkins university press, 2011.

LOWY, Michael. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. *Serv. Soc. Soc.* 2015, n.124, pp.652-664.

MADEIRA, Rafael Machado; TAROUCO, Gabriela da Silva. Esquerda e Direita no brasil – uma análise conceitual. *R. Pós Ci. Soc.* v.8, n.15, jan./jun. 2011.

MADEIRA, Rafael Machado; QUADROS, Marcos Paulo dos Reis. Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, v. 24, n. 3, p. 486-522, dez. 2018.

MAITINO, Martin Egon. Direita, sem vergonha. *Plural*, 25(1), 111-134. São Paulo, SP. 2018.

MESSEMBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. *Soc. estado.*, Brasília, v. 32, n. 3, p. 621-648, dez. 2017.

MICHAEL, George. A nova onda populista nos Estados Unidos. *Relações Internacionais*, Lisboa, n. 50, p. 23-38, jun. 2016.

MOFFIT, Benjamin. *The Global Rise of Populism: Performance, Political Style, and Representation*. Stanford University Press, 2016.

MOLYNEAUX, Maxine; OSBORNE, Thomas. Populism: a deflationary view. *Economy and Society* 46(2):1-19 · May 2017

MOUFFE, Chantal. *On The Political*. Nova York, NY: Routledge, 2005.

MUDDE, Cas; KALTWASSER, Cristóbal Rovira. *Populism: A Very Short Introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2017.

_____. Exclusionary vs. Inclusionary Populism: Comparing Contemporary Europe and Latin America. *Government and Opposition*, vol. 48(2), 147-174. 2013.

_____. Studying Populism in Comparative Perspective: Reflections on the Contemporary and Future Research Agenda. *Comparative Political Studies*, Vol. 51(13), 2018.

MULLER, Jan Werner. *What is populism*. University of Pennsylvania Press, 2016.

_____. How to Think – and How Not to Think – about Populism. In: Golder, Matt and Sona Golder (eds.). “Symposium: Populism in Comparative Perspective.” *CP: Newsletter of the Comparative Politics Organized Section of the American Political Science Association* 26(2), p. 58-63. 2016.

NASCIMENTO, Leonardo et al. “Não falo o que o povo quer, sou o que o povo quer”: 30 anos (1987-2017) de pautas políticas de Jair Bolsonaro nos jornais brasileiros. *Plural*, 25(1), 135-171. São Paulo, SP. 2018.

NETO, Octavio Amorim. A crise política brasileira de 2015-2016: Diagnóstico, sequelas e profilaxia. *Relações Internacionais*, Lisboa, n. 52, p. 43-54, dez. 2016.

NISBET, Robert. *O conservadorismo*. Lisboa, PT. Editorial Estampa, 1987.

POWER, Timothy. The political right in postauthoritarian Brazil: elites, institutions, and democratization. *American Political Science Review*, 95(3), 753-754. University Park: Pennsylvania State University Press, 2000.

RANCIÈRE, Jacques. *O ódio à democracia*. São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 2014.

ROEDER, Karolina Mattos. "Existe uma nova direita no Brasil? Uma proposta de classificação e análise de seu perfil social" 10º Encontro Associação Brasileira de Ciência Política. Belo Horizonte, MG. 2016.

SAMUELS, David J.; ZUCCO, Cesar. *Partisans, antipartisans, and nonpartisans: Voting behavior in Brazil*. New York, NY: Cambridge University Press, 2018.

SOUZA, Jessé de. *A elite do atraso da escravidão à Lava-Jato*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Leya, 2017.

TATAGIBA, Luciana; TRINDADE, Thiago; TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. *Protestos à direita no Brasil (2007-2015)*. In S. V. e Cruz, A. Kaysel, G. Codas (eds.), *Direita, Volver! o Retorno da Direita e o Ciclo Político Brasileiro*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, pp. 197-212. 2015.

TAYLOR, Charles. “The Politics of Recognition,” em *Multiculturalism: Examining the Politics of Recognition*, A. Gutmann (ed.), Princeton: Princeton University Press, pp. 25–73. 1992.

VON VACANO, Diego. American caudillo: Princely performative populism and democracy in the Americas. *Philosophy & Social Criticism*, 45(4), 413–428. 2019

FONTES PRIMÁRIAS

ABRANCHES, Sérgio. A armadilha do populismo. Globo News, Política. 12/05/2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/blog/matheus-leitao/post/2019/05/12/a-armadilha-do-populismo.ghtml>>. Acesso em 18/05/2019.

BLANCO, Ramon. “O crescimento da direita e a força da inquietação política pelo mundo”. The Huffington Post. 2017. Disponível em <http://www.huffpostbrasil.com/ramon-blanco/o-crescimento-da-direita-e-a-forca-da-inquietacao-politica-pelo_a_21698271/>. Acesso em 18-04-2019.

BOLSONARO, Jair Messias. *Site pessoal*. Disponível em: <https://www.bolsonaro.com.br>. Acesso em 05/05/2019.

_____. *Facebook pessoal*. Disponível em: <<https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/>>. Acesso em: 20/05/2019.

_____. Página do *Youtube* oficial. Disponível em: <<https://www.youtube.com/user/jbolsonaro>>. Acesso em: 25/05/2019.

_____. Programa de Governo. “O caminho da prosperidade.”

_____. Documentário: O fenômeno Bolsonaro. Conexão repórter. Exibição em 21/05/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PKDFOMMGRAU>. Acesso em 05/05/19.

_____. Entrevista para o programa The Noite com Danilo Gentili. Exibição em 20/03/17. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=o8ECr0eDEGo>>. Acesso em 08/05/19.

_____. Entrevista para a Globo – Presidênciaáveis. Exibição em 28/08/2018. Disponível em: <<https://youtu.be/PwVgWHyWZgg>>. Acessado em: 09/05/2019.

_____. Entrevista para o programa Roda viva. Exibição em 30/07/2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IDL59dkeTi0>>. Acessado em: 09/05/2019.

_____. Entrevista no programa “Boa Noite com Alexandre Frota”. Exibição em 21/09/2015. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=sJjn3x9AqEg>>. Acesso em 04/05/2019.

_____. Sessão solene do Congresso Nacional; Discurso de posse na Câmara dos Deputados. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CHzC8cOKwwM&t>>. Acesso em 25/05/19.

Discurso no Fórum Econômico Mundial de 2019. Exibição em 22/01/2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wx5WuUyKcQo>>. Acesso em 20/05/2019.

_____. Entrevista concedida à TV Cidade Verde. Exibição em 23/10/2018. Disponível em: <<https://youtu.be/IDmxo6GYDWg>>. Acesso em: 25/05/2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Índice de renovação na câmara dos deputados é o maior desde 1990. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/POLITICA/564128-INDICE-DE-RENOVACAO-NA-CAMARA-DOS-DEPUTADOS-E-O-MAIOR-DESDE-1990.html>>. Acesso em: 24/04/2019

CHAGURI, Mariana; CAVALCANTE, Sávio; NETTO, Michel Nicolau. O conservadorismo liberal do homem médio. Artigo para a Revista Época. 09/01/2019. Disponível em: <https://epoca.globo.com/artigo-conservadorismo-liberal-do-homem-medio-23358236>. Acesso em: 04/05/2019

Correio do Estado. Bolsonaro diz que essa é última chance de mudar o Brasil e cita missão de Deus. 14/08/2018. Disponível em: <<https://www.correiodoestado.com.br/politica/bolsonaro-diz-que-essa-e-ultima-chance-de-mudar-o-brasil-e-cita-missao/334295/>>. Acesso em: 20/05/2019.

DATAFOLHA. Grau de Confiança nas instituições. Instituto de Pesquisa Datafolha, Opinião Pública, dossiês. São Paulo, abr. de 2019. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2019/04/1987746-brasileiros-veem-forcas-armadas-como-instituicao-mais-confiavel.shtml>>. Acesso em: 22/04/2019.

_____. Eleições 2018. Instituto de Pesquisa Datafolha, Opinião Pública, dossiês. São Paulo, out. de 2018. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2018/10/1983550-desejo-de-mudanca-e-rejeicao-ao-pt-alavancam-candidatura-de-bolsonaro.shtml>>. Acesso em: 22/04/2019.

ENCARNACIÓN, Omar G. The Trumpification of the Latin American Right. *Jornal Foreign Policy*. 16/04/2018. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2018/04/16/the-trumpification-of-the-latin-american-right/>. Acesso em: 05/04/2019

FACHIN, Patrícia; MACHADO, Ricardo. *Eleições 2018*. A radicalização da polarização política no Brasil. Algumas análises. Entrevistas especiais. Instituto Humanitas Unisinos. 08/10/2018. Disponível em: www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/583456-eleicoes-2018-a-radicalizacao-da-polarizacao-politica-no-brasil-algumas-analises-entrevistas-especiais. Acesso em: 20/04/2019

HUFF POST. Posse de Bolsonaro: Leia a íntegra do discurso do novo presidente no Planalto. *Jornal Huff post*, 01/01/2019. Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/2019/01/01/posse-de-bolsonaro-leia-a-integra-do-discurso-do-novo-presidente-no-planalto_a_23631426/>. Acesso em: 20/04/2019

MORAES, Marcelo. Bolsonaro: “Serei o candidato da direita em 2018”. *O Estado de São Paulo*, 30/10/2014. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/marcelo-moraes/2014/10/30/bolsonaro-serei-o-candidato-da-direita-apresidencia-em-2018>>. Acesso em 03/05/2019.

MOYSÉS, Adriana. Entrevista com Esther Solano. *Carta Capital*. 19/09/2018. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/eleitor-tipico-de-bolsonaro-e-homem-branco-de-classe-media-e-superior-completo/>>. Acesso em: 06/05/2019

SHALDERS, André. Como o discurso de Bolsonaro mudou ao longo de 27 anos na Câmara? *BBC News Brasil*. 07/12/2017. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-42231485>>. Acesso em: 07/05/2019.